



Anais da Assembléia

N. 105

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 28 DE SETEMBRO DE 1987

ANO XIII

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA
ATA DA 88.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 1987.
SEGUNDA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelo Senhor Deputado Lindolfo Júnior e pela Senhora Deputada Vera Agibert.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Domingos Scarpellini, Erondy Silvério, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lôbo Alcântara, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Raul Lopes, Sabino Campos e Tadeu Lúcio Machado (37). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, José Alves, Antônio Bárbara, David Cheriegate, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Vasconcellos, Nilton Barbosa, Rafael Greca, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (17).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando a retificação da Ata da Sessão Ordinária do dia 24 de setembro do corrente ano. Aprovado.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o número 87/87, do Senhor Governador do Estado, encaminhando anteprojeto de lei visando o Poder Executivo a doar ao Município de Paraíso do Norte os lotes n.ºs 3 e 4 da quadra 68-A, com área total de 1.202,38m., situados na sede do referido Município e objeto da transcrição n.º 3.351, do Livro 3-E, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca. Ao conhecimento da Casa.

Sob o número 88/87, do Senhor Governador do Estado, encaminhando cópia autêntica do Convênio n.º 7/87, celebrado em 18 de agosto de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Matinhos, objetivando assegurar a elaboração do projeto e execução dos serviços de terraplenagem, pavimentação e drenagem da Rodovia Ligação, trecho PR/412 - Avenida Atlântica (Matinhos) numa extensão de 1.2 Km. Ao conhecimento da Casa.

Sob os números DTL/114 e 115/87, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.º 152/87 e 017/87, os quais convertidos em Lei tomaram os números 8.547 e 8548 respectivamente. Anote-se - Arquive-se.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
GABINETE DO REITOR

Curitiba/04/setembro/1987.
OF/UFRP/446/87-R
I-PROTOCOLE-SE

II- À DG. para atender

em 21.09.87.

(a) ANTONIO ANNIBELLI
Presidente

Senhor Presidente.

Neste ano a Universidade Federal do Paraná celebra seu 75º aniversário de fundação.

Em três quartos de século de existência, a mais antiga Universidade brasileira exerceu profunda e reconhecida influência na vida de nosso Estado, e mesmo fora dele.

Seu compromisso e seus vínculos com a comunidade paranaense foram evidenciados desde seu nascimento, eis que ela foi instalada às 19:00 horas do dia 19 de dezembro de 1912, no Palácio do Congresso, em Cerimônia presidida pelo Presidente do Estado do Paraná, Doutor Carlos Cavalcanti, com a presença de autoridades civis, militares, eclesiásticas e de membros da comunidade.

Com o intuito de rememorar aquele ato, de reafirmar seus compromissos com a comunidade paranaense e de homenagear também o Estado do Paraná e suas instituições, a Universidade Federal do Paraná ficaria muito honrada se pudesse celebrar na Assembléia Legislativa a sua sessão magna.

Assim sendo, solicito os bons ofícios de Vossa Excelência no sentido de examinar a possibilidade de ceder o Plenário da Assembléia para a sessão solene da UFPR que será realizada no dia 19 de dezembro próximo, às 19 horas.

Antecipando agradecimentos por sua atenção, renovo a Vossa Excelência os meus protestos de estima e da mais elevada consideração.

(a) RIAD SALAMUNI
Reitor.

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Através deste, o Deputado Caíto Quintana, Líder da Bancada do PMDB, encaminha a Vossa Excelência a relação dos Parlamentares do PMDB, todos já integrantes da Comissão da Cultura e Esportes da Assembléia Legislativa, que deverão integrar a C.P.I. "Comissão Parlamentar de Inquérito" do Futebol Paranaense, de acordo com o que preceitua o Regimento Interno desta Casa.

Deputado Raul Lopes
Deputado Djalma de Almeida César
Deputado José Felinto
Deputado Lauro Lôbo Alcântara
Deputado Nilton Barbosa

Indicamos ainda os membros suplentes da comissão de Cultura e Esportes:

Deputado Homero Oguido
Deputado Luiz Carlos Alborghetti
Deputado Sabino Campos.

Sala das Sessões, em 28.09.87.

(a) CAÍTO QUINTANA
Líder do PMDB.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, após ouvir o Plenário, preferência na discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 219/87 e 53/87, ambos constantes da

Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 28.09.87.

(a) CAÍTO QUINTANA
Líder do PMDB.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, após ouvido o soberano Plenário, a prorrogação da duração da presente sessão por mais duas horas.

Sala das Sessões, em 28.09.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja retirado da Ordem do Dia, por 10 sessões, o Projeto de Lei nº 56/87, de autoria do Deputado Ferrari Júnior.

Sala das Sessões, em 28.09.87.

(a) CAÍTO QUINTANA
Líder do PMDB.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa da Assembléia, a suspensão da sessão pelo prazo de 15 minutos, antecedendo à discussão do Projeto de Lei nº 53/87, com a finalidade de permitir que os representantes da Associação dos Professores do Paraná, tenham a possibilidade de justificar a necessidade das emendas hoje apresentadas, e tendo em vista que as emendas anteriormente apresentadas receberam parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça sob a alegação, de que, conforme Parecer do Relator Nereu Carlos Massignan: "Pelo que se verifica, nas opiniões do Senhor Governador e do Senhor Secretário de Estado da Educação, a Mensagem representa a opinião negociada e participativa do governo e da APP. Portanto, quer me parecer, embora toda elaboração legislativa não seja o produto perfeito da mente humana - justamente por ter na criação a opinião dos homens - a presente proposta está de acordo com a vontade das partes envolvidas".

A necessidade e oportunidade da APP justificar as emendas e esclarecer que não houve acordo com o Governo, justificam a suspensão da presente sessão por 15 minutos.

Sala das Sessões, em 28.09.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

Apoiamento: Basílio Zanusso, Antônio Belinati, João Arruda, Antônio Costenaro Neto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário respeitosamente retificação da Ata da Sessão Ordinária realizada em 24 de setembro de 1987, pelos motivos que passa a enumerar:

a) Consta da Ata supra-referida, que o Deputado requerente encontrava-se ausente na aludida sessão, o que absolutamente corresponde à verdade.

b) Na ocasião não compúnhamos a mesa que dirigia os trabalhos Legislativos da sessão antes referida, mas, encontrávamos-nos presentes em Plenário.

c) Estranhamente, o Senhor Deputado Edmar Luiz Costa ao requerer a chamada nominal dos Senhores Deputados, em razão do requerimento para verificação de Votação de Ata de sessão anterior, formulada pelo Senhor Deputado Pedro Tonelli, requereu, também, que constasse a ausência do Senhor 2º Secretário, sem no entretanto fazer menção ao nome de nenhum Senhor Deputado, o que foi prontamente deferido pelo Senhor Presidente naquela oportunidade, o que se pode constatar através das notas taquigráficas que nos foram entregues.

d) Os dados acima aludidos impossibilitam a caracterização da ausência do Deputado que o presente subscreve na sessão referida, o que conforme afirmamos no início do presente item "b" não corresponde à verdade.

e) Por ocasião da aprovação da Ata na presente sessão, requeremos, através de questão de ordem formulada à Presidência da Mesa, a retificação da Ata com base no disposto pelo Parágrafo 2º do Art. 79 do Regimento Interno, não sendo nossa pretensão sido deferida pelo Senhor Deputado que ora preside os trabalhos.

Face ao exposto, requeremos com base no mesmo dispositivo regimental antes referido que reza: "NO CASO DE QUALQUER RECLAMAÇÃO, O SENHOR 2º SECRETÁRIO PRESTARÁ OS NECESSÁRIOS ESCLARECIMENTOS, E, QUANDO, APESAR DELES, O PRESIDENTE DA MESA RECONHECER A PROCEDÊNCIA DA RETIFICAÇÃO, SERÁ ESSA CONSIGNADA EM ATA IMEDIATA. DA DECISÃO DO PRESIDENTE PODERÁ HAVER RECURSO PARA O PLENÁRIO.

Sala das Sessões, em 28.09.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo Expediente a ser lido, passamos à Hora do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Lauro Alcântara, primeiro orador inscrito.

O SR. LAURO ALCÂNTARA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê).
Gostariamos de deixar registrado nos

Anais desta Casa o importante acontecimento que nos levou ao Município de Pato Branco, no dia 25 próximo passado.

Nesta oportunidade, realizamos o II Fórum de Debates sobre Suinocultura, evento promovido pelo Bloco Parlamentar Agropecuário desta Assembléia Legislativa, no qual nos coube a honra e grande satisfação de organizá-lo e coordená-lo.

Foi fundamental e instrumento de grande motivação a participação neste II Fórum de Debates sobre Suinocultura, dos ilustres Pares que levaram seu apoio.

Deputado Antônio Martins Annibelli,
Deputado Orlando Pessuti,
Deputado João Batista Arruda,
Deputado Haroldo Ferreira e
Deputado José Rogério Carvalho.

Contamos, ainda com a honrosa presença do Deputado Federal Borges da Silveira, importantíssima participação do Senhor Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Osmar Fernandes Dias, e do Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Carlos Haully.

Não vamos aqui nominar todas as ilustres personalidades e lideranças de vários órgãos e entidades que nos prestigiaram, pois a lista seria bastante longa, mas é fundamental que se enfatize o calor dos debates e o ânimo, dos suinocultores, e que por volta das 18:00 horas, ainda contávamos com a participação efetiva e atuante de cerca de 300 companheiros ligados ao setor suinícola.

Queremos registrar, ainda, as conclusões obtidas no II Fórum de Debates sobre Suinocultura, configuradas em doze reivindicações apresentadas a seguir, transcritas na integridade do documento.

II FÓRUM DE DEBATES SOBRE SUINOCULTURA

O "II Fórum de Debates sobre Suinocultura", promovido pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná através do Bloco Parlamentar Agropecuário, e realizado no Município de Pato Branco em 25 de setembro de 1987, congregou técnicos, políticos e suinocultores.

Este importante debate possibilitou o consenso quanto às principais reivindicações que o setor apresenta, nesta oportunidade, às autoridades competentes do Estado e do Governo Federal, dos quais se espera tomada de providências com a urgência devida.

Reivindicações

01 - Que o Governo Federal determine a constante atualização do preço mínimo do suíno, tomando-se como base os custos de produção calculados pela EMBRAPA.

02 - Que o Governo Federal agilize o processo de aquisição de carcaças de suínos, definindo claramente as normas operacionais.

03 - Que o Governo Federal se sensibilize para a urgente necessidade da redução da alíquota de I.C.M. incidente sobre a carne suína.

04 - Que o Governo Estadual estabeleça, em consonância com o Governo Federal, uma adequada política de armazenamento e distribuição do milho produzido pelo Paraná, de modo a se impedir os constantes "passeios" do produto.

05 - Que os suinocultores com plantéis de até 1.500 animais possam adquirir o milho (CFP) diretamente do Banco do Brasil, como já ocorre em outros Estados, e que tal atendimento seja estabelecido através de credenciamento da Associação Paranaense de Suinocultores.

06 - Que a política de comercialização do milho por parte do Governo Federal, de posse da CFP, para os suinocultores, seja estabelecida antecipadamente e por período mais longo para que se permita aos suinocultores paranaenses o acesso ao produto em tempo hábil.

07 - Que o Governo Federal concentre esforços para a abertura de canais de exportação da carne suína.

08 - Que o Governo do Estado desenvolva ações que visem favorecer, a curto prazo, a implantação e o desenvolvimento dos condomínios em suinocultura.

09 - Que seja agilizada, por parte do Governo Estadual, o processo de abertura e funcionamento dos abatedouros municipais.

10 - Que seja estabelecido pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP) um controle de preços dos insumos utilizados na produção de suínos, visando coibir os abusos verificados em diferentes regiões do Estado.

11 - Que seja sustada toda e qualquer operação que vise importação de carnes através do Governo e/ou empresas privadas.

12 - Que o Governo, tanto estadual quanto federal, estabeleça medidas que facilitem a viabilização e implantação de Pequenas Indústrias de Rações.

Ao encerrar nossas considerações, gostaríamos de registrar nosso mais profundo agradecimento a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, tornaram possíveis a realização do "II Fórum de Debates sobre Suinocultura", cujo brilhantismo, êxito e mais absoluto sucesso, pôde ser testemunhado por todos aqueles que nos prestigiaram com sua presença, no último dia 25, no município de Pato Branco".

(Termina de ler).

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Sabino Campos.

O SR. SABINO CAMPOS - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê):

Quando todo o Oeste Paranaense se levantou pela Universidade do Oeste, não foi apenas com o objetivo de se criar mais uma universidade no Estado. O movimento sempre teve um ideário consistente com propostas avançadas e renovadoras.

Com a Unioeste o que se pretendeu, e o que se pretende, é estabelecer um novo conceito de universidade, tanto do ponto de vista de seu currículo, direcionado para o estudo e busca de soluções para os problemas regionais, quanto do ponto de vista de sua estrutura de funcionamento, que se deseja dinâmica, moderna e adaptada às necessidades e característica dos diversos municípios que compõem a região.

E o que nos deixa animados, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que a Unioeste não está ficando apenas no discurso ou na intenção. Na prática, ela está promovendo grandes mudanças e transformações nos velhos conceitos que regem o ensino superior no Estado. Exemplo disso é a inovação que acaba de ser aprovada pela Congregação da FACITOL de Toledo, em sua última reunião, na semana passada. Trata-se de um modelo alternativo para a distribuição de vagas. A FACITOL, que possui o curso de Ciências Econômicas, com 75 vagas, decidiu ceder uma classe com 30 vagas para a instalação de uma extensão no Município de Palotina, município que reivindicava e que precisa deste curso para os seus jovens.

Por outro lado, a FACITOL, que carece de um curso de Administração de Empresas, está reivindicando junto à FACIMAR de Marechal Cândido Rondon a cessão de uma sala de aulas para Toledo, isto porque em Rondon o curso de Administração de Empresas está parcialmente ocioso.

Com isso, os maiores beneficiados serão os alunos que não mais precisarão se deslocar grandes distâncias para realizar seus estudos. A região também ganha, pois a Unioeste vai adquirindo cada vez mais um caráter regional e descentralizado, favorecendo assim um número maior de municípios. A Unioeste também se fortalece com esse novo método, pois evita a ociosidade. Afinal, parte das vagas de um curso instalado num determinado município cuja demanda não é suficiente, pode ser repassada para outro, onde a demanda é maior.

Portanto, não se trata apenas de uma mera troca de vagas entre as Faculdades da

Curitiba, segunda, em 28.09.87

região. Trata-se sim de uma nova prática que virá beneficiar sobremaneira a toda a comunidade do Oeste.

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, apoiamos decididamente a iniciativa da Congregação da FACITOL e esperamos que o Conselho Estadual de Educação aprove essa inovação, que trará grandes contribuições e melhorias para o Ensino Superior do Paraná".

(Termina de ler).

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Furiati, seguinte orador inscrito.

O SR. PAULO FURIATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ney Aminthas de Barros Braga, é um homem que foi responsável por algumas coisas boas e muitas coisas ruins que aconteceram no Estado do Paraná. Mas entre as coisas ruins que aconteceram no Estado do Paraná, este homem foi responsável por dar guarida, por acariciar a bota dos militares que por muito tempo infelicitaram este País e este Estado. Sustentou a ditadura militar. E o povo, quando teve a oportunidade de se manifestar, disse de forma clara e insofismável o que achava do Sr. Ney Aminthas de Barros Braga à liderança do Partido da Frente Liberal no Estado do Paraná. Pois este homem foi varrido do Palácio Iguaçu, com todo o seu comando político, pelo voto popular em 1982. Mas por acidentes históricos, bateu-se na cobra mas não se bateu na cabeça. E por acidentes históricos, o Sr. Ney Aminthas de Barros Braga se encastelou na Itaipu-Binacional e de lá vem com aquela conversa doce e mansa, montando uma estratégia política de voltar à vida pública com o grupo político que infelicitou o Estado do Paraná.

Mas o que faz agora o Senhor Ney Aminthas de Barros Braga? Os operários das empreiteiras em Foz do Iguaçu se reúnem no domingo às 19:00 horas, e dão o indicativo de greve. E o que faz o General Ney Braga? Coloca em Foz do Iguaçu tropas do Exército, e tanques do Exército, para reprimir o movimento dos trabalhadores. Muito menos, pela presença das tropas do Exército, e muito mais pela boca torta do uso do cachimbo do autoritarismo, é que nós estamos nesta tribuna para repudiar a vergonha do Paraná ter um homem como o general Ney Braga, telefonando à tropas militares, para impedir que os trabalhadores sequer possam fazer uma greve.

Quantas greves nós já tivemos no Paraná, todas elas acompanhadas, sem dúvida, pela polícia militar, pela polícia civil, que cumprem o seu papel de acompanhar os movimentos? Mas, estamos ainda lembrados

do movimento dos suinocultores no Sudoeste, quando o mesmo general Ney Braga, como Governador do Estado, solicitou ao Exército que calasse baionetas e as colocasse no peito dos agricultores, ou que desse ordens para que cachorros atacassem os professores, nos seus movimentos.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero deixar aqui o registro do meu repúdio à atitude ainda existente num momento como este, em que nós esperávamos que ao Exército coubesse o papel de defender este País do inimigo externo, e nunca o de ser chamado para colocar um efetivo na rua com tanques de guerra, no sentido de evitar que os trabalhadores se organizem e façam os seus movimentos reivindicatórios.

A vergonha do Paraná, num novo tempo, tumultuado sem dúvida, mas ainda politicamente sustentado pelo povo, o Paraná é o Estado a dar este exemplo de tropas do Exército, a pedido do Senhor Ney Braga, serem usadas para impedir que os trabalhadores fizessem greve.

Eu fico estranhando tal fato e o repúdio, porque 15 dias antes, de 31 de março de 1964, o Senhor Ney Braga estava na televisão defendendo o Governo do Senhor João Goulart, e logo após o golpe, se instalou junto com os militares e ficou mais 20 anos governando pelo processo indireto.

Fica aqui o repúdio ao general Ney Braga, e àqueles que lhe dão sustentação, e fica a verdadeira intenção daqueles que posam de democratas, mas, que decididamente, efetivamente, quando têm o poder, não ousam sequer pensar duas vezes em chamar o Exército, para novamente tentar colocar a baioneta no peito do povo brasileiro.

Era isto, Senhor Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa registra, com satisfação a presença, na Tribuna de Honra, do Conde François de Laguiche, do ex-Prefeito Maluceli França, de Cândido de Abreu, em companhia do Deputado José Domingos Scarpellini.

E ainda registra a presença do vereador Dinarte Cadmine, Presidente da Câmara de Vereadores de Verê, de Loivo Riohter, Presidente do PMDB de Verê.

Com a palavra, o nobre Deputado Raul Lopes, seguinte orador inscrito.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ocupo mais uma vez esta tribuna para falar alguma coisa a respeito da segurança pública, porque fomos surpreendidos pelo jornal "O Estado", do dia 26 último, com o nosso prezado companheiro, Comandante da Polícia Militar, que estaria descontente

com alguns Deputados desta Casa, e em especial conosco que teríamos ocupado esta tribuna para tecer e fazer alguns comentários à sua pessoa.

Está registrado nos Anais desta Casa o que aqui dissemos em aparte a alguns companheiros pertencentes à Comissão de Segurança, quando enfocava-se, com bastante emoção até, a angústia que a comunidade vem sofrendo no aspecto da falta de segurança pública neste Estado, e, em especial em Curitiba. Em momento algum criticamos atos da administração desse companheiro e sim falamos com bastante ênfase da preocupação da comunidade com a desativação de módulos policiais militares. Talvez, num esforço de expressão, em alguma oportunidade, as coisas foram colocadas por ele no sentido da correção de alguns módulos que estavam em vias de ser reparados, corrigidos. A própria imprensa cobrava no dia seguinte, quando exibia em fotografias, no Jornal "O Estado" dizendo não serem procedentes tais alegações porquanto módulos ali presentes estavam em condições satisfatórias para o seu pleno funcionamento.

Então chamamos a atenção para tal fato e na reunião com o Governador observávamos, com bastante oportunidade, para a seriedade do problema, dizendo que eu e mais outros companheiros não tínhamos respostas às diversas solicitações encaminhadas ao Comando da Polícia Militar.

Nossas solicitações não foram outras, senão orientar e fortalecer uma política de comando e uma política de segurança pública, no sentido de dar à nossa comunidade o que realmente ela necessita, de comum acordo com aquelas condições que firmamos e fortalecemos junto ao nosso colégio eleitoral por ocasião das eleições.

Porquanto, companheiros, não procede a observação feita no rodapé de um artigo, no jornal do dia 26, dizendo que eu, por ser um antigo comandante da corporação, devo ter o conhecimento do que lá está ocorrendo.

De sorte que, companheiros eu repito, não há intenção nenhuma em denegrir a atual administração da Polícia Militar e sim de fortalecê-la, no sentido de que atente bem para a seriedade, a responsabilidade, que pesará sobre seus ombros caso os módulos sejam desativados.

Ainda hoje pela manhã recebi mais uma comunidade, dentre várias que tenho recebido, e que me chamou a atenção para esta grande preocupação, pois muitos desses módulos foram construídos com apoio da própria comunidade, dos conselhos comunitários de segurança. Assim sendo, não podem em momento algum os módulos serem afastados e relegados da maneira como vem ocorrendo.

Essa é a razão, companheiros, pela qual vim a Tribuna para este esclarecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao seguinte orador inscrito, Senhor Deputado Domingos Scarpellini.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É motivo de satisfação para este Parlamento a presença, hoje, nesta Casa, do Conde François de Laguiche, que vem acompanhado do ex-Prefeito de Cândido de Abreu, José Malucelli França, que visita este Parlamento, a quem neste momento rendemos as nossas homenagens.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estivemos na quinta-feira, com a Comissão de Ecologia, visitando a Estrada do Colono, juntamente com o Deputado Caíto Quintana, o Deputado Dirceu Manfrinato e o Líder do PT, o Deputado Pedro Tonelli. Estivemos em Capanema e no Parque Nacional do Iguaçu, onde fomos constatar, objetivamente, o que a estrada significa para aquela região e o que significa em termos de impacto ambiental para o Parque Nacional do Iguaçu.

Mas não poderíamos deixar de registrar, também, que naquele momento visitava Foz do Iguaçu a princesa Anne, a sexta na linha de sucessão do trono inglês, e naquela oportunidade, nós, que estávamos ali no marco fronteiro entre Brasil, Argentina e Uruguai, não poderíamos deixar de nos pronunciar sobre a visita tão ilustre de tão nobre figura. E entendendo assim, fomos até a Província de Misiones, na Argentina, e lá fizemos, com outros latino-americanos, um pronunciamento de protesto contra a visita da princesa a Foz do Iguaçu. E lembramos e falamos sobre aqueles que não podiam falar, e lembramos o episódio para que não se deixe repetir aquilo que mãos tão frias, que mãos tão pesadas, têm feito ao longo dos séculos.

Falamos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que os Sete Povos das Missões haviam desaparecido, falamos sobre a Guerra da Tríplice Aliança, paga pela Casa Rottschild para dizimar o povo paraguaio, usando como instrumento o povo brasileiro, argentino, e uruguaio na guerra mais sangrenta que a América Latina já viu. E falamos que a poderosa Inglaterra havia também deixado jovens latino-americanos mortos na Guerra das Malvinas, e que pelas mãos inglesas as geleiras também já tinham a marca do sangue do triste momento em que o sangue marcou o solo das Ilhas Malvinas e que, certamente, aquela nobre princesa de olhos azuis, quando olhou as águas verdes do lago de Itaipu, não viu as milhares

de cruzes que as águas do lago de Itaipu ocultavam.

Essas cruzes eram as cruzes que a Guerra da Tríplice Aliança havia deixado quando se matou os guaranis, índios, índias, crianças, quando se matou o povo paraguaio. Certamente não viu ali as cruzes que estavam e que estão nas geleiras das Malvinas. Mas, certamente quando ela dormia a 500 metros das Cataratas do Iguaçu, temos certeza de uma coisa: ela deve ter passado uma noite muito longa, porque certamente o choro das crianças que morreram, dos índios, dos jovens argentinos nas Malvinas e o choro dos povos latino-americanos, que foram espezinhados e maltratados pelas mãos dos poderosos ingleses, se fazia mais fortes do que o rugido das águas no cair das Cataratas do Iguaçu. E ela certamente teve uma noite muito extensa e de pouco repouso. Mas, o rugido das águas que trazia o choro, que trazia junto o lamentar dos Sete Povos das Missões, deverá ser para o futuro um grande exemplo para os pedestistas que ainda querem e continuam em busca da guerra, contrariando os princípios de pacificação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, seguinte orador inscrito.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agora há pouco o Deputado Paulo Furiatti falava da greve de Itaipu. Venho fazer uma breve reflexão, no Pequeno Expediente, sobre um problema que tem dimensão nacional. Estamos vivendo momentos de greves dos bancários, estamos assistindo à mobilização dos funcionários da Caixa Econômica Federal, dos funcionários do Banco do Estado do Paraná, da greve de Itaipu, de outras categorias que se somam nesta mobilização.

Vejo tudo isso com muita tranquilidade, no momento em que nós estamos construindo a democracia e fazendo a nova constituição. Estas mobilizações das categorias são legítimas, porque visam a defender os seus reais interesses em termos de categoria salarial. Se a Constituinte vê, consagra o direito de greve, não há porque os governos que, circunstancialmente, comandam os Estados e a Nação, se arvorem de instrumentos pesados para o combate a um direito que é do trabalhador.

Nós é pela arma, pelo canhão, não é pela espada que nós vamos legitimar esse direito que se pretende construir e escrever na Constituinte. Não é e não será pela demonstração ostensiva e agressora da força que nós vamos construir a democracia e garantir os espaços a todos os segmentos

sociais que queiram, legitimamente, se mobilizar e fazer com que a categoria patronal sente na negociação, e se não sentar, que aceite a mobilização e que os tribunais dêem o devido encaminhamento. O instrumento do encaminhamento é o tribunal, é a justiça, é a lei, é o direito garantido e consagrado. O não instrumento do direito de greve, como de todos os outros direitos é a espada, é o canhão, é a farda. Este têm uma outra missão, uma missão definida constitucionalmente. Não gostaria de ver de novo, como hoje estamos assistindo em Itaipu, o nosso Exército a se predispor à intimidação do direito legítimo da greve. Não é abrindo essas exceções que nós vamos consagrar a nossa democracia. Porque de exceção em exceção aos poucos poderemos transformar isso numa regra geral, a regra geral que comandou por 20 anos os destinos deste país.

Nós queremos um Parlamento aberto, as eleições diretas, o direito de greve, o direito da cidadania, a residência não violada, nós queremos o cidadão seguro. E não se fará isso com a demonstração da força ou pela intimidação da presença das forças que não devem comandar o processo de greve. O processo de greve deve ser respeitado e legitimado na sua condução, através das forças que reivindicam, através da negociação, através do julgamento pelo tribunais. Afora isto, toda e qualquer outra presença, do Exército ou da força pública, é um testemunho de como não devemos fazer democracia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrado o Pequeno Expediente. Passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na semana passada falei a respeito de um sonho que não é só meu. Nós, repórteres policiais, que convivemos no dia a dia na área de segurança, sabemos muito bem. Posso citar um exemplo da situação: a tragédia de Loanda. Os marginais foram presos. A Justiça lhes dará naturalmente um advogado de graça para que eles possam ter o direito de ir ao Tribunal do Júri se defender por ter matado um pai, uma psicóloga e um jovem que estava caminhando para a vida, particulares amigos da família Eduardo Baggio, de Paranavaí.

Refiro-me à família das vítimas. São ricos e têm condições de contratar advogados para colocar ao lado da Promotoria Pública e no Tribunal do Júri acusarem os assassinos para que eles possam pegar alguns anos de cadeia, de penitenciária e

pagarem pelo estúpido e bárbaro assassinato na cidade de Loanda.

Mas não me refiro só à cidade de Loanda. Refiro-me ao Deputado Antônio Costenaro Neto, que uma vez foi assaltado em Londrina, passou momentos de terror nas mãos de marginais. Refiro-me aos passageiros dos Ônibus do Expresso Maringá e da Sul-Americana, que passaram momentos de terror nas mãos de elementos que rasgaram, magoaram a farta azul da gloriosa Polícia Militar do meu Estado. Pergunto se alguns deles, principalmente o soldado Akio, que teve que comer uma carteira de cigarros e tomar uma garrafa de pinga, se ele teria condições de contratar um advogado para ajudar o Promotor no Tribunal de Júri a condenar esta mafiosa quadrilha organizada que estuprou, violentou os direitos da família do meu Estado.

Pedi, na semana passada, que o Governo do Estado desse o direito às vítimas, levando através do Governo advogados de graça a todas as delegacias de Polícia do Estado do Paraná.

Hoje venho a esta tribuna com mais uma idéia, com mais um sonho. Talvez um sonho de Maringá. Quantas psicólogas são formadas nas Universidades do meu País, quantos psicólogos e assistentes sociais saem da cidade de Maringá, terra de alguns parlamentares, terra do nobre Deputado Lindolfo Júnior, terra de outros parlamentares maringaenses dessa Casa. Quantos psicólogos e assistentes sociais saem da Universidade de Londrina, terra do Deputado Homero Oguido, minha terra, terra do Deputado Antônio Belinati?

Quantas universitárias entram na Faculdade, na Universidade de Curitiba e saem daqui, terra do Deputado Algaci Túlio, do Deputado Raul Lopes, do Deputado Pirajá Ferreira? Quantas psicólogas e assistentes sociais estão desempregadas e os gabinetes superlotados? Quantas psicólogas na região do Deputado Pedro Tonelli, Alexandre Ceranto, na região da Deputada Amélia Hruschka de Campo Mourão, na região do Deputado José Rogério Carvalho, na região do nosso Deputado Anibal Khury e tantos outros parlamentares brilhantes desta Casa?

Mas, Senhores Deputados, há um sonho que eu gostaria de ver realizado em todas as Delegacias de Polícia do meu Estado, Delegacia de grande porte e de médio porte, ou numa Delegacia pequenininha no interior do Estado do Paraná. Por que psicólogas e assistentes sociais nas Delegacias de Polícia do Estado do Paraná?

Faço nesta tarde, uma justificativa de um sonho. Peço ao Governo do Estado que crie o atendimento psicológico e de serviço social junto às Delegacias de Polícia do Estado, regulamentando, Senhor Presi-

dente, Senhores Deputados, inicialmente o seu atendimento.

Fica criado, na Secretaria do Estado da Segurança Pública, o serviço de psicologia junto às Delegacias de Polícia, forma estabelecida na lei que eu proponho e nos regulamentos que serão consolidados pela Diretoria da Polícia Civil.

Os psicólogos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, deverão dar pronto atendimento às vítimas, vítimas pobres e seus familiares, conforme legislação específica, especialmente auxiliarão nas informações a serem prestadas pelas autoridades policiais, como dispõe o Artigo 6º, inciso 4º, do vigente Código de Processo Penal.

O Projeto, Senhores Deputados, visa suprir uma lacuna encontrada na estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública, no tocante a esses dois campos profissionais: o da Psicologia e o da Assistência Social.

Com efeito, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é tarefa indeclinável na Psicologia, de que os psicólogos devam, após procedimento específico e reservado aos quadros, elaborar rotinas administrativas que lhes permitam informações precisas, conforme exigência clara do vigente Código de Processo Penal.

Embora, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, em vigor desde 1940, eu, particularmente, como repórter, homem da imprensa, como legislador nesta Casa, não tenho conhecimento ou notícia de que em algum Estado se tenha tentado proceder objetivando tal desiderato, de vez que a disposição processual penal continua como letra morta em nosso ordenamento jurídico. Os psicólogos, Srs. Deputados, pela sua própria formação profissional estão rigorosamente capacitados para emitirem opiniões técnicas e devidamente fundamentadas sobre o caráter dos acusados e das vítimas, avaliarem positiva ou negativamente a sua personalidade, auxiliando de modo efetivo o andamento das investigações criminais e dando ao Poder Judiciário valioso material para aferição do grau e culpa e da própria personalidade dos acusados e das próprias vítimas.

Por outro lado, Senhores Deputados, poderão ainda, as psicólogas que saem das universidades do meu país, e desempregadas estão, dispensar pronto atendimento às vítimas que se encontram abaladas psicologicamente, ou colaborar com os órgãos policiais para melhor precisar os elementos que os prejudicam, ajudando na formação da vontade da vítima, para elaboração de retratos falados, caros Deputados, Antônio Costenaro Neto, Algaci Túlio, Raul Lopes, Sabino Campos que comigo formam a Comissão de Segurança Pública desta Casa; e também para a submissão, ainda, Senhores Deputa-

dos, a exames para coleta de corpo delito, que é importante na área de segurança, bem como auxiliar nas teses que forem necessárias para vencerem traumas psicológicos, como esta tragédia que abalou os passageiros dos ônibus da Sul Americana e do Expresso Maringá, e outras tragédias, como a que vi hoje na Tribuna do Paraná, em que uma mãe de santo quebrou os dois braços da filha por causa de duas bananas.

Imaginem o trauma desta criança, de ver a mãe quebrar os seus dois braços por causa de duas bananas, segundo a denúncia do jornal "Tribuna do Paraná" de hoje.

E vou mais além, a psicóloga, que é tão esquecida no Estado, ela poderá também ajudar nos seqüestros, nos assaltos ou nas violências de caráter sexual. Quantas mulheres são estupradas neste País e têm medo de ir à Polícia?

Srs. Deputados. Eu instalei a Delegacia da Mulher com máquinas, mesa etc. Há duas psicólogas trabalhando de graça há mais de três anos, não recebem um tostão e vão lá com o coração aberto para ouvir a mulher que às vezes é estuprada. Como eu mostrei hoje, uma senhora de 40 anos, débil mental, que foi estuprada pelo próprio cunhado, que levantou da cama da esposa, foi ao quarto estuprar a cunhada de 40 anos. E naquele momento haveria a necessidade da assistente social, haveria necessidade da psicóloga e haveria necessidade de um advogado, de graça, pagos pelo Governo. Em quatro palavras: em vez de se construir obras faraônicas, deveríamos ajudar o povo pobre, as vítimas pobres deste País.

Não se concebe, também, Srs. Deputados, que o aparelho repressor do Estado se ressinta da valiosa colaboração destes profissionais em seus quadros para um melhor desempenho de suas funções, como obrigação essencial do Estado.

Mas agora, digo aos senhores, falei sobre as psicólogas que saem das universidades, às vezes desempregadas. Na minha sala de trabalho, nesta Casa, estou recebendo sempre psicólogas, procurando um lugar e o direito de um lugar ao sol! Mas também aparece na minha sala, nesta Assembleia, a assistente social que também sai das universidades de Maringá, de Curitiba, de todos os cantos do Estado e da Nação brasileira, e estão desempregadas, abandonadas.

Falo agora sobre a assistente social. Por que é importante uma assistente social dentro de uma Delegacia de Polícia e dentro da própria Polícia Militar do meu Estado? No tocante às assistentes sociais, Srs. Deputados, enorme é a sua projeção dentro da área de Segurança Pública, realizando as chamadas investigações sociais com as técnicas próprias de sua formação

profissional, que vêm das Universidades, auxiliando sobremaneira os Srs. Delegados de Polícia, notadamente no encaminhamento de menores, de delinquentes ou simplesmente perdidos no encaminhamento de pessoas idosas, menores desamparados, às instituições adequadas, fazendo a triagem necessária para os diversos atendimentos, Srs. Deputados, hoje expressados pela própria Polícia Civil, que é um assistente social, pelo próprio policial militar, com a sua rádio-patrolha, que faz parto dentro do carro, que atende, que encaminha para o hospital, ele é o assistente social.

Vou mais além ainda, Srs. Deputados, colaborando a assistente social na coleta de informações, elaborações de relatórios conclusivos, que são de fundamental importância nos inquéritos policiais, que serão ainda, Srs. Deputados, valiosos, para a fixação da pena pelo Poder Judiciário, no caso dos acusados, servindo ainda a assistente social para o encaminhamento de vítimas às casas de saúde e hospitais, após a elaboração de convênios necessários e suplementando os trabalhos de "social workers", na condução dos que se encontram presos, ou em liberdade, mediante condições.

O projeto, tanto da psicóloga, do advogado, como da assistente social, acredito eu, Srs. Deputados, vim para esta Casa, com idéias, idéias que vão crescendo, vão surgindo, para apresentá-la em Plenário, e estas minhas idéias brotaram porque eu vejo no dia a dia, psicólogas e assistentes sociais, desamparadas, rasgadas. Por quê?

Porque não têm o direito de um lugar ao sol. E é importante, Sr. Presidente, é importante, Srs. Deputados, digo-a a todos os partidos políticos, porque ainda sou da opinião que não é partido político que faz o homem, mas sim o homem que tem vergonha na cara, decência, idéias, é que faz partido político nesta Nação brasileira.

Por isto, acho, Srs. Deputados, que estas minhas idéias são de profunda significação social e são de profunda significação humana. Pode ser até que as minhas idéias não sejam aprovadas, mas a minha vinda para esta Casa é para trazer idéias aos senhores, para apresentar idéias. E esta nasceu de dentro, e eu gostaria de vê-la aprovada pela significação social e pela significação maior, humana, dentro da área de segurança pública do meu Estado.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Luiz Carlos Alborghetti, eu o parabenizo pela preocupação que traz a esta Casa, com o problema social muito bem enfatizado por Vossa Excelência nestas questões sociais, da psicóloga, da assis-

tente social e até da condição de dar oportunidade a estes profissionais trabalharem no nosso Estado.

Eu me somo a Vossa Excelência já há muito tempo, sem ter me manifestado nesta Casa ainda, mas somo-me a essa preocupação. Acho extremamente oportuno o seu pronunciamento.

Naturalmente nós temos esperanças que, nessa nova Constituição, se reveja a condução da educação, da ação social, em benefício do povo brasileiro, das profissões que se criam e que se esquecem no meio do caminho, e a atenção, principalmente, à população carente, àqueles oprimidos, os fracos, que não têm quem os defenda e fale por eles.

Nós temos conhecimento e até um bom conhecimento, de perto, do trabalho das assistentes sociais nos hospitais psiquiátricos.

Temos o conhecimento, também, das psicólogas e sabemos do contingente de jovens formados nas universidades deste País, estimulados pelo sistema de educação que os convida e oferece vagas e depois tudo morre aí porque não há emprego e nem tem prosseguimento.

Portanto, meu caro Luiz Carlos Alborghetti, Vossa Excelência faça também junto a este seu pronunciamento, deste seu pedido, apelo para que as universidades realizem um trabalho junto aos governos deste País, a fim de dar oportunidade às psicólogas.

Porque acho muito justo que nas escolas se acrescente e que conste como necessidade, na Secretaria de Educação, uma psicóloga para uma certa quantia de alunos. Não vamos estabelecer números aqui. A necessidade nas delegacias, de psicólogas e assistentes sociais, nem se discute. Porque de nada adianta estar reprimindo sem saber a causa. E estas pessoas estão preparadas, formadas pelas nossas universidades para saber as causas.

E, naturalmente, aí estaremos enriquecendo a própria universidade e este curso que já existe, dando oportunidade à grande massa jovem que se encontra desempregada. Nós sabemos disto.

E acima de tudo, fazendo-se a profilaxia, isto sim, é necessário. Porque prender, criar mais penitenciárias, cadeia, fechar, nem sempre resolve.

Mas é necessário que se veja a fundo a causa. E as psicólogas nas delegacias, tanto quanto as assistentes sociais terão condições de levantar, e aí então teremos uma profilaxia e o nosso País caminhará melhor.

Esta é a nossa grande preocupação. Somamo-nos a Vossa Excelência e o parabenizamos.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Concedo, agora, para então concluir meu raciocínio, aparte ao nobre Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Agradeço, nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, ao propiciar-nos esta oportunidade, e o parabênizo pelos relevantes serviços prestados ao Paraná, eis que Vossa Excelência tem colaborado, em muito, com o Governo do Paraná, e também com o setor de segurança do nosso Estado, através de sua brilhante coragem, tendo a preocupação de dizer ao povo do Paraná as verdades, as realidades que acontecem e as calamidades neste setor - onde nós encontramos grandes dificuldades hoje, no Paraná e no Brasil.

Parabenizamos o brilhante trabalho que vem desenvolvendo o Excelentíssimo Sr. Secretário da Segurança, Dr. Antônio Lopes de Noronha, que está fazendo um trabalho cujos reflexos teremos, evidentemente, em breve. Parabenizamos o nosso Delegado Chefe-Geral da Polícia Civil do Paraná, Dr. Renato Ortoloni, que desenvolve um trabalho de entrosamento entre o Sr. Secretário de Estado, Polícia Civil e também a Polícia Militar do Paraná, através do seu comando.

Mas, todas as denúncias feitas no nosso Estado, caro Deputado, sempre estão envolvendo policiais militares. É evidente que não podemos e não queremos colocar todos os militares como envolvidos na corrupção, pois, assim como existem também políticos honestos, existem os desonestos.

Entendo, nobre Deputado, que a Polícia Militar do Paraná ainda tem pela frente uma caminhada e que esta seria uma purificação nos seus quadros, observando aqueles que não estejam agindo de acordo com as aspirações de uma sociedade. A Polícia Militar, através dos exemplos ao longo dos anos de sua existência, terá que procurar, daqui para a frente, trazer para os seus quadros homens que tenham pensamentos de seriedade, e, acima de tudo, possuam uma boa personalidade formada, de berço. Isto é muito importante. Assim então, temos certeza, com a austeridade, capacidade e inteligência do Governo Álvaro Dias, haveremos de chegar a oferecer à população do Paraná, mais paz e tranquilidade!

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Para finalizar, digo a Vossa Excelência, sem desmerecer os demais Deputados desta Casa, e às demais Comissões, mas a Comissão de Segurança, formada por mim e pelos Deputados Alqaci Túlio, Raul Lopes, Sabino Campos, Costenaro, Alexandre Ceranto e outros companheiros, esta Comissão, se antes estava morta, agora não está mais, pois

estamos aqui para trabalhar, doa a quem doer, oferecendo sugestões. Estamos aqui para trabalhar.

O Sr. Algaci Túlio - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Não poderia também deixar passar em branco a minha participação no seu brilhante pronunciamento, sobre assunto de que Vossa Excelência permita-me dizê-lo, eu e mais alguns companheiros temos conhecimento profundo, e que esta Casa terá a grande responsabilidade de aprovar e analisar a matéria e ver a sua profundidade, o seu interesse, a sua necessidade, principalmente em relação à área social.

Quero, portanto, congratular-me com Vossa Excelência, e dizer que a Comissão de Segurança Pública está de parabéns, bem como todos os seus integrantes, porque tenho certeza que o parecer que será exarado por esta Comissão vai determinar que as demais Comissões se baseiem neste parecer, aprovando este projeto, que é de suma importância.

Muito obrigado.

O Sr. Raul Lopes - Aparte. (Assentimento)

Deputado, pela sua gentileza, serei breve, mas queria também, como membro desta Comissão da qual o prezado companheiro é presidente, parabenizá-lo pelo seu trabalho. Assisto há muito, ao trabalho do prezado companheiro, e esta reivindicação da necessidade de uma assistente social e uma psicóloga em cada delegacia, é de um alcance extraordinário, pois o senhor tem razão quando coloca as coisas nesse sentido. De sorte que também me congratulo e parabenizo o prezado companheiro pelo trabalho e pela moção que apresenta nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Só para finalizar, sem desmerecer esta Casa, que é uma Casa honrada, digna, com brilhantes Deputados, em todos os Partidos, Sr. Presidente, honro todos os Srs. Deputados.

Se antes a Comissão de Segurança Pública era morta, hoje não o é mais. Ela nasceu, doa a quem doer, para trazer idéias, criticar, apurar, levantar e gritar, pelos interesses, pela segurança, pela moral e pelos princípios da família do meu Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pela atenção.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Encerrado o Horário do Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças.

Com a palavra, a representação do PMDB.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Usará da palavra o nobre Deputado Nestor Baptista.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Tem a palavra, o jovem Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Bancada do PMDB traz mais uma vez para a Ordem do Dia, a Mensagem do Governador do Estado que institui o regime diferenciado para os professores do Paraná. Um compromisso da Secretaria da Educação e, portanto, do Governo do Estado, e este compromisso volta hoje para a Ordem do Dia em 2. Discussão, haja vista os compromissos da bancada do PMDB para com esta laboriosa e extraordinária classe da educação.

Mas, Senhor Presidente, o que na realidade me traz hoje é uma extraordinária preocupação e que já foi inclusive assunto do companheiro Deputado Paulo Furiatti no Pequeno Expediente. A cidade de Foz do Iguaçu terminou o domingo e amanheceu na segunda-feira, lembrando os lamentáveis incidentes de 1964, quando a população acreditou e viu-se completamente enganada por aqueles que assaltaram o poder há 23 anos atrás.

Na empreiteira Itaó houve o movimento grevista de seus funcionários, numa decisão ocorrida na noite de ontem em Foz do Iguaçu. As atividades do piquete foram iniciadas por volta das 10:00 horas da noite, sendo que o Exército, a mando do General Ney Braga já havia se instalado nas proximidades do canteiro de obras logo que foi iniciado o piquete que, com sucesso, conseguia paralisar as atividades. O Exército já avançava sobre os trabalhadores de Itaípu. Somente a noite, houve notícias de que alguns trabalhadores tinham sido até violentamente agredidos, e sofrido algumas lesões corporais. Esta manhã, lembrando talvez, o filme "Platoon", ou lembrando qualquer outro filme de guerra, os tanques blindados já ocupavam a cidade de Foz do Iguaçu, nas proximidades do canteiro de obras de Itaípu. Por mais de cinco quilômetros, em verdadeira operação de guerra contra os trabalhadores, que estavam apenas reivindicando, através da greve, os seus legítimos interesses.

O Senhor Ney Braga, que ainda há pouco mereceu o título, em jornal de Santa Catarina, de "maior marajá" desta República, acostumado a fugir das decisões, sempre encoberto e protegido pelos tanques, chamou reforços do Exército de Cascavel, e por incrível que pareça, até de Santa Catarina.

Evidentemente, Senhor Presidente e Senhores Deputados, no momento em que se fa-

la em Assembléia Nacional Constituinte, para transformar a política com o objetivo de trazer definitivamente a democracia para este País, agride a todos a invasão sofrida em Foz do Iguaçu.

E não se fala em segurança nacional, e também que em São Paulo, poderia estar paralisado por uma greve dos funcionários da empreiteira Itaó, não se comenta que Itaipu corria risco, porque antes mesmo da decisão da assembléia dos trabalhadores, desta empreiteira em Foz do Iguaçu, os tanques já ocupavam as ruas do Município de Foz do Iguaçu.

É lamentável, mas, é verdade.

Meu caro Deputado José Felinto, que representa, inclusive, aquele Município, o qual se vê hoje estarecido, como toda a classe política do Paraná, inclusive, o PFL, que fala em romper. Por que não rompe com os laços ditatoriais e a violência do passado? Mas, não. Apenas ameaça; somente faz o conhecido "mis-em scene", mas, continua se agarrando nos cargos, aliás, nos mais altos cargos desta República.

Concedo o aparte do Deputado José Felinto.

O Sr. José Felinto - Quero parabenizar

Vossa Excelência pelo seu pronunciamento, e lembrá-lo que nos atos do tenente Ney Braga, o maior marajá deste Estado e desta Nação, e que como chefe de polícia, quando Governador do Estado, mandou bater nas professoras, inclusive grávidas, não poderiam ser diferentes só que ele esqueceu-se que em 1982, foi sepultado pelas urnas. Hoje com as suas manobras da Aliança Democrática, tentou surgir, e tenta sair da sepultura usando os mesmos meios que usava, da ilegalidade, da força, da violência. Não poderia ser diferente para o homem que, em toda a sua história, como um tenente que conseguiu chegar a general, sem galgar os postos necessários, do homem da caserna, não seria diferente com aqueles trabalhadores da construção civil, que têm construído este Estado e esta Nação.

Parabenizo Vossa Excelência, pelo seu pronunciamento e o povo de Foz do Iguaçu repudiando a atitude de violência desse tenente, que em vez de usar estrela de militar, certamente, ao longo do seu tempo, usou as botas para meter esporas no povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Agradeço o aparte de Vossa Excelência; tenho um minuto e concedo o aparte ao Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Declino, pois vou falar no nosso horário, sobre o mesmo assunto. Queria fazer minhas as suas pala-

avras, mas vou continuar o raciocínio sobre este assunto, que é muito importante, dentro do horário das Lideranças, do Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado, Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Quero terminar, Senhor Presidente, no horário desta Liderança, da Bancada do PMDB, propondo um voto de repúdio ao General Ney Braga, Presidente da Itaipu-Binacional.

A classe política, no momento da Assembléia Nacional Constituinte, não pode de maneira alguma se curvar para um cidadão acostumado a chicotear a população, a chicotear os trabalhadores, como acontece hoje, porque para ele é muito fácil. O maior marajá deste País na atualidade, detentor de um salário de fazer inveja à qualquer sociedade desenvolvida deste mundo que a gente conhece, desrespeita o simples direito do trabalhador, daqueles que lutam para sobreviver.

Espero que esta Sessão Plenária faça coro com a Bancada do PMDB, aprovando este voto de repúdio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra a representação do PT, Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Tomamos conhecimento, na manhã de hoje, do episódio de Foz do Iguaçu que, como não podia deixar de ser, está sendo a preocupação de muitos que compõem esta Casa de Leis e é justo, porque esta Casa, se não é, mas deve representar a aspiração da população do Paraná. Mas, enfim, porque houve repressão em Foz do Iguaçu? Foi por motivos graves, é lógico.

Em junho passado, os trabalhadores da construção civil daquele Município, que totalizam 12 mil trabalhadores, representados pelos seus dirigentes sindicais do Sindicato da Construção Civil, de Foz do Iguaçu e a Federação dos Trabalhadores do Paraná, negociaram salários e conquistas trabalhistas com a classe patronal.

Houve um acordo com uma cláusula, que se voltaria a negociar quando voltasse a instabilidade econômica no País.

Constatada uma grave instabilidade econômica, os patrões não tomaram a iniciativa, os trabalhadores sim, pois se sentiam massacrados, arrochados com uma inflação de 10, 15% por mês, como foi em junho e como está sendo hoje, com os salários congelados. Quando apelaram para consciência dos patrões, os patrões responderam afirmando que eles pagariam 4,69% que era o que o Governo considerava como o

Curitiba, segunda, em 28.09.87

aumento oficial reconhecido pelo Estado.

Aí os trabalhadores procuraram negociar estabilidade, redução da jornada que está sendo de 80 horas semanais, em Foz do Iguaçu. A resposta dos patrões foi a seguinte: "Ou vocês aceitam, ou teremos aqui em Foz do Iguaçu, demissão em massa, atingindo a todos e vamos contratar aqueles que trabalham com menos de 1 salário-mínimo".

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte, ilustre Deputado?

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência eu lhe concedo aparte Deputado, se for possível.

O Sr. Dirceu Manfrinato- Ficarei aguardando.

O SR. PEDRO TONELLI - Até que a paciência chegou ao fim e ao fim da tarde de ontem, os trabalhadores decidiram convocar uma assembléia para decidir os seus próximos passos. Convocada a Assembléia, negociou-se com os patrões, e nada; às 9 horas da noite, foi proclamada a greve por 100% dos trabalhadores presentes na Assembléia, com a paralisação para hoje, para ver se os patrões e o Governo, procurariam negociar algumas conquistas para recuperar terreno perdido.

Às 10:00 horas da noite havia nas ruas de Foz do Iguaçu, tanques "urutus", Casca-vel" metralhadoras, tripê, baionetas, para dispersar as comissões que estão mobilizando os trabalhadores para a paralisação. E o último boletim divulgado pelo Sindicato de Foz do Iguaçu, às 12:30 horas de hoje, dava conta de 16 feridos, alguns em estado grave, hospitalizados no Hospital de Itaipu, e possivelmente, segundo notícias oficiais, trabalhadores até com os pulmões perfurados com pontas de baionetas.

Esta foi a resposta dada tanto pelos patrões, quanto pelo acusado no dia de hoje, General Ney Braga, que comanda ITAIPU, que é o maior patrão da construção civil de Foz do Iguaçu. Por isso é que neste dia de hoje, como não podia deixar de ser, temos que dar um voto de repúdio realmente aos culpados por esta grave situação.

O Sr. Dirceu Manfrinato- Vossa Excelência me concede um aparte, ilustre Deputado?

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência, se for possível.

O Sr. Dirceu Manfrinato- É que o seu horário está terminando.

O SR. PEDRO TONELLI - Vou concluir o meu pensamento, e se possível vou lhe conceder o aparte.

O Sr. Dirceu Manfrinato- É apenas para agradecer a Vossa Excelência, Deputado, se me permite.

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência, Deputado.

O Sr. Dirceu Manfrinato- Mas, então não vou ter condições de agradecer a Vossa Excelência.

O SR. PEDRO TONELLI - Está tomando tempo que poderia ser útil para Vossa Excelência. Só um momento.

O Sr. Dirceu Manfrinato- É apenas um agradecimento pela hospitalidade do Ilustre Deputado, se permite.

O SR. PEDRO TONELLI - Concedo, então.

O Sr. Dirceu Manfrinato Quero, ilustre Deputado, agradecer ao Deputado Caíto Quintana e agradecer a Vossa Excelência pela hospitalidade que deram à Comissão de Deputados que visitou o Município, que o Deputado Caíto Quintana representa pelo PMDB na Assembléia Legislativa do Paraná e Vossa Excelência, pelo PT.

Ficamos muito gratos pela maneira com que Vossa Excelência inclusive procedeu junto à Comissão, preocupado com os interesses da população, tanto como o Deputado Caíto Quintana. Esperamos retribuir essa recepção da forma que foi dada, na oportunidade em que Vossa Excelência e o Deputado Caíto Quintana forem ao Município que nós também representamos.

Muito obrigado e agradeço em nome da Comissão.

O SR. PEDRO TONELLI - Agradeço. E quanto ao episódio de Foz do Iguaçu não me contento com um voto de repúdio ao General Ney Braga. Não me contento, não.

Gostaria de questionar ao Vice-Presidente do maior Partido do Brasil, que se pronunciou hoje nesta tribuna. Ele é Vice-Presidente do Partido que governa, que tem a maioria dos vereadores, dos prefeitos, a maioria dos Deputados, a maioria dos senadores, dos governadores e que tem no seu filiado José Sarney o Presidente da República. Assim sendo é de se perguntar como é que este Governo do Brasil, o Governo do Paraná, permite que aconteçam tais absurdos neste Estado e no País?

E gostaria de dizer mais: não é um único e isolado ato. Temos que lembrar a intervenção do Exército na última greve dos petroleiros, a intervenção do Exército

contra os trabalhadores marítimos e temos que lembrar também a intervenção violenta da Polícia Militar na última greve dos bancários e na última greve dos agricultores.

Por isso é de se perguntar: o que está fazendo o "Partido das Mudanças" e o "Governo das Mudanças" - está dormindo? É Ney Braga que está mandando? Nós temos que perguntar. Se é isto, por que estamos governando?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra à representação do PL. (Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra à representação do PDS. (Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra à representação do PFL.

Com a palavra o Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Deputado Paulo Furiatti - 1º Vice-Presidente do PMDB do Paraná - o Deputado Pedro Tonelli lembra muito bem - depois secundado pelo ilustre Deputado Líder do Governo nesta Casa, Deputado Nestor Baptista, e por último falou acerca do mesmo assunto o Deputado Pedro Tonelli.

O nosso Partido não tem procuração nem obrigação de defender Ney Braga, porque o nosso Partido não o indicou Presidente da Itaipu Binacional. Quem o indicou e o nomeou foi o saudoso Presidente Tancredo Neves, eleito Presidente do Brasil. Posteriormente, quem o manteve nas altas funções de Diretor-Presidente da Itaipu Binacional, foi o Presidente da República José Sarney - membro do PMDB.

Nós somos solidários àqueles trabalhadores que reivindicam direito, melhor condição de vida, remuneração justa, discordamos da carga horária a que se referiu o Deputado Pedro Tonelli, àqueles trabalhadores. Mas, de sua consciência e como homem público não podíamos ouvir calados às acusações infundadas, inverídicas, maldosas ao Senhor Ney Braga. Qual a diferença de chamá-lo Deputado, ex-Deputado, ex-Governador Ney Braga, ou general Ney Braga ou cidadão Ney Braga.

Primeiro, Senhores Deputados, não me consta que o Exército tenha Partido Político a dirigi-lo. Também não tenho notícias oficiais se a Polícia Militar do Paraná participa também dessa intervenção que se faz na Cidade de Foz do Iguaçu.

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência me permite um aparte?

O Sr. José Felinto - Vossa Excelência me

permite um aparte?

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Na oportunidade... dizer que Ney Braga mandou agredir, que ele é antidemocrático...

Ora, Senhores Deputados! O Presidente da República é do seu partido. Graças a Deus o Exército Nacional não tem cores partidárias e tem como seu chefe supremo o Presidente da República. Este Estado tem um Governador de Estado do seu Partido. Que ele se pronuncie. Porque é ele que tem o ônus de governar o Paraná, não é apenas nos palanques que ele tem tal responsabilidade.

Não venho defender o Senhor Ney Braga das acusações que lhe pesam, em função, por força do meu Partido, mas venho dizer que não se pode ofender um homem do nível moral, intelectual e político sem o qual a história do Paraná seria diferente. Por que não se lembrar dos valores do Senhor Ney Braga? Quem mais democrático do que o Senhor Ney Braga? Disputou eleição para Governador do Estado. Ministro duas vezes. Senador, Deputado Federal, Prefeito da Capital. Ele construiu este Estado. Estou nesta Casa ao longo de cinco Legislaturas e não vi, em tempo algum, tantas notícias de corrupção no Governo do Estado como agora.

Portanto, Senhores Deputados, o Exército... não sei das agressões que lá existem, se aconteceram. O Deputado Pedro Tonelli falou que alguns operários da empresa ITAMON estão hospitalizados. Não duvido. Mas lembrou muito bem o Deputado Nestor Baptista que nesta greve participam funcionários desta empresa, da construção civil, estou entendendo. Não são os funcionários da ITAIPU. Portanto, não estou entendendo porque estas acusações maldosas sobre Ney Braga, porque elas são feitas contra a agressão, contra a intervenção, não dele, mas do Exército.

Concedo o aparte ao ilustre Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Deputado Basílio Zanusso, um movimento grevista é apenas de reivindicação. O que assustou a Cidade de Foz do Iguaçu foi que ontem, mesmo antes da Assembléia ser realizada à noite, as tropas já estavam na rua, com solicitação inclusive, e o que é mais lamentável da parte do nosso valoroso e respeitável Exército Brasileiro, de tropas de Santa Catarina, como se estivéssemos numa verdadeira operação de guerra, evidentemente não se justificando a solicitação a mando do hoje Presidente da Itaipu Binacional, o ex-Governador Ney Braga. Isto é uma verdadeira agressão aos trabalhadores de Foz do Iguaçu, à sociedade de Foz do Iguaçu.

Não acreditamos que estejamos retroa-

gindo no tempo, estejamos voltando aos piores momentos da política brasileira.

Era esse o aparte.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Deputado Nestor Batista, nós somos solidários quando Vossa Excelência fala em defesa dos trabalhadores. O que nós não aceitamos são as agressões verbais e maldosas que vossa Excelência do PMDB, que tem o Governador do Estado, que tem o Presidente da República, Presidente que nomeou Ney Braga, substituindo o General Costa Cavalcanti, paranaense que está honrando o Paraná, porque ele é um homem correto, porque quando Tancredo Neves convidou Ney Braga para assumir a Presidência da Itaipu Binacional, todos nós paranaenses nos sentimos orgulhosos, honrados, para dirigir a maior usina hidrelétrica do mundo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra à representação do PTB.
(Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra à representação do PDT.

Com a palavra o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não vou entrar nesta seara de greves, porque acho que neste País, ninguém tem maior moral para criticar este ou aquele Governador, esta ou aquela política, em relação às greves que ocorrem neste País, porque todas elas, no meu entendimento, são greves que vêm ao encontro das necessidades das classes trabalhadoras e é um direito legítimo de cada um dos trabalhadores.

Agora, não se pode esquecer, também, que num passado bem próximo, esta Cidade, este Estado, já dentro da Nova República, assistiu espetáculos estarrecedores com os canhões e baionetas - voltando-se contra a Refinaria da Petrobrás, aqui na Cidade Industrial, com a polícia brecando os movimentos dos professores municipais, com a polícia brecando os movimentos dos motoristas de táxis, bancários e dos motoristas do transporte coletivo.

Portanto, eu não pretendo me ater a este problema, porque parece-me que é um direito - me parece não, porque é realmente um direito de todo trabalhador. Portanto, não vejo que parlamentares deste ou daquele partido sintam-se no direito de criticar este ou aquele Governo, porque, infelizmente nesta Nova República está tudo igual ou, quem sabe, até pior do que na Velha República.

Mas o assunto que me traz à tribuna, no horário da Liderança do PDT, diz res-

peito à educação neste Estado. "Governantes mostram o desinteresse pela educação pública", é o título de um artigo publicado ontem, na página da educação, na Gazeta do Povo, dizendo o seguinte: (Lê):

"A Nova República propôs mudar o Brasil. Os brasileiros esperavam vida nova e no entanto aí estão as mudanças. Boa parte da população acreditou que a Constituinte seria o começo de grandes transformações. Professores pensavam que iam dar prioridade para a educação, mas que prioridade estão dando? Quem faz a interrogação é a Professora Eva Kruchinski, autora do artigo "Secretária da APP do Núcleo de Ponta Grossa".

Lembrou que em janeiro deste ano, no 20º Congresso Nacional da Confederação de Professores do Brasil, realizado em Porto Alegre, foram selecionadas propostas sérias para a educação, como a escola pública e gratuita em todos os níveis, garantindo a educação pré-escolar e o ensino especial e obrigatório do 1º e 2º graus, que os recursos públicos destinados à educação, fossem alocados exclusivamente nos sistemas de ensino, criados e mantidos pela União e Municípios, proibindo subsídios para as escolas particulares. Os Constituintes têm conhecimento destas propostas do Magistério. Os Professores e as autoridades sabem que para mudar o Brasil é preciso resgatar a escola pública, mas, as esperanças são poucas, argumenta a professora, que não vê como é possível administrar educação pública e gratuita de boa qualidade, desviando as escassas verbas públicas para outros fins, como prevê o substitutivo da nova Constituição.

Diz ela que os mestres não sabem como é que os políticos Constituintes pretendem mudar alguma coisa, sem levar a educação a sério. Será que não percebem ou não querem perceber que a educação é prioridade e o resto que se pretende será decorrente da educação?

Justificando, diz ainda a professora que não há outra saída: ou se leva a Educação a sério ou de nada adiantarão reuniões, debates e até mesmo "jetons" da Constituinte.

A mestra falou que a educação pública já se tornou um descaso histórico. Se forem analisados alguns pontos da história do interesse do poder pela educação, talvez se entenda, embora inaceitável, o descaso por parte das autoridades. A educação nunca foi encarada seriamente pelos Senhores de engenho aos quais não interessava um escravo culto, porque se assim fosse, não se deixaria escravizar. O povo não participou do processo da independência, nem das decisões importantes do Império. Era um povo inculto e analfabeto. Os polí-

ticos faziam questão de mantê-lo longe das decisões importantes. Percorrendo toda a história brasileira, confirma-se que não se investiu na educação. Mesmo D. Pedro II, homem de boa cultura, protetor de artistas, intelectuais, demonstrou absoluto desinteresse pela educação geral do povo. Desde aquela época, os políticos sabem que a sua sobrevivência depende da ignorância do povo, povo esse, que com seu trabalho construiu o País, financiando a educação da elite que o dominava.

A professora Eva Kruchinski disse ainda mais, declarando que a República foi um golpe político preparado cuidadosamente pela classe dominante, em defesa de seus interesses, e significou apenas mudanças nas instituições políticas. Não foi programado algo de novo para o povo. Por isso as oligarquias da República velha não se interessaram pela educação.

E agora? Rompemos ou não com o passado? Interessa aos governantes um povo realmente instruído? É o que pergunta a mestra Eva Kruchinski, reclamando que pouco se acredita na classe política. Parece que os políticos não enxergam a realidade, tampouco querem que as verbas públicas sejam exclusivamente para as escolas públicas. A professora termina o seu artigo, publicado ontem, na página da educação da Gazeta do Povo, dizendo que organizados e ordeiramente, professores irão a Brasília, ou já estão em Brasília, desde sábado último, cobrando uma posição dos Constituintes. É o dever, como educadores exigir a educação que interessa ao povo, visto que é este povo que a financia.

Portanto, Senhores Parlamentares, hoje esta Casa, volta discutir, em 2.^a Discussão, o Regime Diferenciado de Trabalho, matéria importante que esta Casa vai discutir, e queremos nós, Parlamentares da Oposição, entender que os Senhores Parlamentares da Situação estarão ao lado dos professores, em suas reivindicações, porque afinal de contas, elas são merecidas por esta classe tão sofredora, tão mal vista quando vem reivindicar melhorias salariais. É preciso que esta Casa, hoje, dê uma demonstração de inteligência, votando favoravelmente a esta matéria, e votando favoravelmente, inclusive, àquelas emendas que serão colocados ao Projeto no dia de amanhã.

E a Liderança do PDT, a Bancada do PDT, se une aos senhores e senhoras professoras, no sentido de que seja resgatado o direito desta classe, o direito do professor, o direito da professora, do mestre, da mestra, de ter condições de ensinar aos nossos filhos, porque é bom que todos os Senhores se lembrem que se hoje estamos nesta Casa, nós o devemos principalmente a esta classe que nos ensinou e

que nos trouxe até o lugar em que hoje estamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Reitor da Universidade Federal do Paraná, encarecendo para que a data 19 de dezembro seja reservada para uma cerimônia presidida por esta Casa. - Protocole-se. À Diretoria Geral, para atender.

A Mesa considera a solicitação justa, porque foi na antiga Assembléia Legislativa do Paraná que se festejou, há 75 anos, a instalação da Universidade Federal do Paraná. A Mesa disto dá conhecimento ao Plenário porque é na data, 19 de dezembro, que é o nome do Edifício, aqui deste Poder. O Presidente despachou favorável, e se há algum Senhor Deputado que queira fazer objeção a Mesa pede que se manifeste. Como não há objeção está reservada a data.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Caíto Quintana, na qualidade de líder do PMDB, constante do expediente, indicando os nomes dos Senhores Deputados que deverão integrar a CPI do futebol Paranaense. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, na qualidade de líder do PMDB, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação para os Projetos de Lei n. 219/87 e 53/87, constantes da Ordem do Dia de hoje. Aprovado.

De acordo com o requerimento de Preferência de Votação acima aprovado:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 219/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 75/87), que autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimos internos pela Administração Direta e Indireta do Estado, até o valor equivalente a 10 milhões de OTN's e a prestar fiança ou aval, conceder contragarantia de fiança, de aval ou de qualquer outra garantia prestada por entidades da Administração Indireta do Estado, até o valor de 15 milhões de OTN's. Em Regime de Urgência.

O Sr. Algaci Túlio (Para discutir) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para discutir, concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente e

Senhores Deputados.

Na última quinta-feira, discutimos este mesmo Projeto colocando o nosso ponto de vista numa sessão bastante tumultuada e que já faz parte do passado.

Mas o Projeto da Lei 219/87, de iniciativa do Executivo Estadual que visa autorizar o mesmo, a prestar toda a sorte de garantias para empréstimos até os limites fixados, está sendo discutido por esta Casa hoje em sua 3.ª Discussão.

É evidente Senhores Deputados que não estamos aqui para pedir que se vote contra ou a favor deste Projeto. Aliás, votar contra é difícil, porque nós mesmos nos posicionamos favoravelmente, já que não conseguimos ser ouvidos quanto às consequências da aprovação, sem maiores cuidados, de projetos desta envergadura. Mas, Senhores Deputados, estamos aqui apenas para deixar registrado, mais uma vez, a nossa preocupação com a forma de agir desta Casa. Não somos donos da verdade, nem professores de nada e de ninguém. Somos simplesmente representante do povo; somos representante do povo do Paraná, que lutamos para acertar; que lutamos para ser acima de tudo responsáveis pelos atos que decidimos. Assim é que procuramos não perder as oportunidades de engrandecer o Paraná através da Assembléia Legislativa deste Estado, pois, afinal, somos ou não somos legisladores?

Se estamos aqui apenas para referendar o que decide o Executivo; se estamos aqui apenas para formalizar os atos que segundo as leis são de competência do Poder Legislativo; se isto for verdade, então melhor será que se pegue o bonê, vamos às ruas, vamos para o campo atender o povo, porque aqui de nada adianta a nossa presença.

Mas, Senhores Deputados, aproveitamos a oportunidade que nos concede o Regimento Interno desta Casa, que é o instrumento legal que deve nortear os trabalhos da Assembléia, e aproveitamos a oportunidade, repito, para registrar o nosso alerta quanto ao perigo da aprovação de um projeto de tamanho envergadura, como, sem dúvida, é este projeto sem uma maior atenção e sem um maior cuidado.

Como esta Casa sabe, e nós já alertamos sobre isto, este projeto está eivado de vícios e de inconstitucionalidade. E por quê?

Porque, empréstimos, sejam internos ou externos, são operações financeiras de que se podem valer os Estados para prover o custo de obras e serviços de grande vulto e para os quais a sua receita ordinária se mostre insuficiente. Esta, Senhores, é a nossa preocupação. E esta matéria é regulada pelo Código Tributário, Lei n. 4.320/64.

A Lei determina que tais empréstimos

sejam procedidos de autorização do Legislativo, exatamente porque se constituem obrigações financeiras extraordinárias, ou sejam, vão engrossar a dívida pública interna ou externa. E quem poderá dentre os Senhores Deputados do Governo nos informar enquanto monta hoje a Dívida Interna, ou a Dívida Externa do Paraná? Qual a Dívida consolidada do Estado? As Lideranças do Governo poderiam nos informar a respeito disso?

O Sr. Pedro Tonelli - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Eu agradeço esta oportunidade, nobre colega Deputado Algaci Túlio e me solidarizo com a sua preocupação quanto à verdadeira função dos Parlamentares que integram esta Casa de Leis e que têm o objetivo claro de serem Legisladores, isto é, transformar em Lei ou procurar transformar em Lei, a vontade da maioria da população paranaense, bem como fiscalizar o cumprimento dos atos proclamados e transformados em Lei pelo Executivo deste Estado. Portanto, julgo completamente procedente a sua preocupação e as suas questões, as quais Vossa Excelência menciona muito bem, e que já foram discutidas, com polêmica, na última quinta-feira, na última sessão que tivemos. Certamente nós teríamos que voltar a indagar qual é o montante da dívida do Estado, como é que vamos aprovar um endividamento de mais 5% do Orçamento do nosso Estado, sem saber quanto que o Estado já deve. Certamente os representantes palacianos deveriam dar explicações claras para esta Casa, para que votássemos de sã consciência; bem como deveriam dar o detalhamento desse Projeto, já que só temos o corpo do Projeto, não temos o detalhamento, para que tenhamos a oportunidade, também, de colocar as aspirações paranaenses contempladas num endividamento de 10 milhões de OTN(s).

Portanto, faço minhas as suas preocupações, nobre Deputado, e gostaríamos, é lógico, já que nós não podemos ser "Fiscais do Sarney", então pelo menos que pudessemos ser fiscais do Governo Álvaro Dias, seu endividamento e dos seus gastos, e talvez este seja o momento para ser provado se realmente esta Casa de Leis tem ou não voz e vez!

Muito obrigado, Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Vejam, Senhores Deputados, ao pleitear a aprovação do Projeto, o Executivo sequer se preocupou em informar na Mensagem, qual a Dívida consolidada do Estado, para que esta Casa saiba se pode conceder a autorização pretendida,

já que, de acordo com a Resolução n. 63 do Senado Federal, limita o montante global da Dívida em 70% da Receita realizada no Exercício Financeiro anterior. E, será que estamos autorizados, e autorizando o Executivo a ultrapassar o montante fixado pela Lei? Nós não sabemos, não temos em mãos esses detalhes, essas informações, e como é que nós Parlamentares, fiscalizadores dos atos do Poder Executivo, poderemos controlar os gastos públicos? Também não sabemos, já que estamos abrindo mão de nossas prerrogativas constitucionais!

Senhores Deputados, lamentamos que nem sempre sejamos entendidos nesta Casa. Nossa crítica, recebam-na como uma crítica construtiva. Vossas Excelências não nos verão aqui fazendo demagogia partidária, não nos verão atacando para destruir ou para ver o "circo pegar fogo", mas não abriremos mão de nossos princípios, porque temos princípios, e bem firmes, temos formação moral, e por isso não nos atingem palavras daqueles que ainda não nos conhecem, como aconteceu na última quinta-feira nesta Casa. Nosso trabalho e nosso amor à causa pública são nossas testemunhas de defesa!

Senhor Presidente, Senhores Deputados fica o nosso alerta, aprovamos Projetos para o qual não sabemos sequer os planos a serem beneficiados, aprovamos o Projeto que tem vícios de ilegalidade. A responsabilidade, Senhores Deputados, é de todos nós, e não podemos esquecer isto amanhã, se o que estamos aprovando hoje não for cumprido à risca e o povo vier a nos cobrar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua em discussão.

Com a palavra o Senhor Deputado Caíto Quintana, para discutir.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Há dias ouvimos as colocações de Parlamentares desta Casa no questionamento à votação do Projeto de Lei 219/87. Evidentemente Senhor Presidente, Senhores parlamentares tínhamos que ouvir as dúvidas da Oposição para podermos, no respeito a esta Casa, às Bancadas que compõem este Legislativo, tentarmos trazer resposta a essas indagações.

Apenas por ter sido mencionado, ainda no dia de hoje, pelo nobre Deputado Algaci Túlio, a questão da inconstitucionalidade do presente projeto, o que temos a dizer é que não vemos o menor resquício de inconstitucionalidade, no instante em que é matéria de caráter financeiro, numa mensagem do Executivo, tramitando nas Comissões desta Casa, votado por três sessões por esse Plenário, portanto com a autorização

do Poder Legislativo, onde se possa pecar em qualquer ato de inconstitucionalidade. Portanto, creio que para os Parlamentares desta Casa, com o trabalho exercido nas Comissões, com os estudos aprofundados do processo Legislativo, não nos cabe ficarmos batendo sobre essa tecla, falando em constitucionalidade do Projeto, porque não há a menor possibilidade de que esse Projeto seja inconstitucional.

Nós estamos votando a Mensagem n. 219/87. Mensagem essa do Poder Executivo, solicitando ao Legislativo autorização para contrair empréstimo até o valor equivalente a 10 milhões de OTNs, como também para prestar fiança ou aval, conceder contra garantia de fiança, de aval ou de qualquer outra garantia prestada por entidades da administração indireta do Estado do Paraná, até o valor equivalente a 15 milhões de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

O Sr. Nestor Baptista - Eu me inscrevo para um aparte, Deputado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Na sequência, eu lhe concedo o aparte.

A aplicação desse recurso, nobre Parlamentar, está definido no próprio Projeto. A sua aplicação na área de segurança, na área de justiça, na área de saúde, na área de educação, em obras de infra-estrutura. Da mesma forma, o Projeto n. 219/87, no seu Artigo 3º, nos diz que fica ainda o Poder Executivo autorizado a contrair junto a Caixa Econômica Federal empréstimos no valor de Cz\$ 589 milhões 986 mil e 588 cruzados, destinados a atender responsabilidades financeiras do Estado do Paraná na execução do Programa de Prioridades Sociais - PPS.

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

A presente Mensagem autorizatória da Assembléia Legislativa, e as operações solicitadas a esse Poder, incluem-se entre as operações extra-limites de possibilidade do Governo do Estado na contratação de empréstimos internos junto a Caixa Econômica Federal. Essa caracterização nos mostra de modo muito claro, que, os programas devem ser previamente elaborados, para terem a sua destinação aprovada pelo Congresso Nacional, após ser enviado pelo Presidente da República e com o parecer favorável do Conselho Monetário Nacional.

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares. Enquadram-se, as operações ora solicitadas, em conformidade com a resolução n. 93 do Congresso Nacional, que está na fonte de financiamento para o setor público e nos diz claramente, no seu Artigo 2º, que os limites fixados no Artigo 2º da

Resolução n. 62, de 1975, não se aplicam às operações de créditos contratadas pelo Estado e Município com recursos provenientes do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano - CNDU -, do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS -, e do Banco Nacional de Habitação - BNH.

Não se inclui por quê? Porque no Parágrafo Único do Artigo 2º da Resolução 93, nos diz que o pedido de autorização para as operações de crédito nele previstas será submetido, pelo Presidente da República, à deliberação do Senado Nacional, devidamente instruído com o parecer do Conselho Monetário Nacional.

Portanto, o que está se fazendo, nesta data, é apenas, um pedido autorizatório à Assembléia Legislativa, para que se possa embuti-lo junto ao pedido posterior a ser enviado pelo Governo do Estado, na discriminação de todos os seus programas, para ser aprovado pelo Congresso Nacional, no mais legítimo respeito à vontade legislativa deste País, e no enquadramento perfeito às normas dispostas pelo Artigo 93, que são obras exclusivas de cunho social, em empréstimos extra-limites.

Poderíamos constatar o que diz a Resolução n. 62, que impõe os quadros para que o Estado possa proceder aos seus endividamentos dizendo que o montante, do global da dívida não poderá exceder 70% da receita realizada no exercício financeiro, que o crescimento real anual da dívida não poderá ultrapassar 20% da receita realizada, que o dispêndio anual com a respectiva liquidação, compreendendo o principal e acessórios, não poderá ser superior a 30% da diferença entre a receita total e a despesa corrente realizada no exercício.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, apenas para nos situarmos no referido Projeto, e para ficarmos em cima daquilo que estamos verdadeiramente aprovando, para que a Assembléia tenha consciência de estar cumprindo o seu papel autorizatório e o seu papel de fiscalização, vamos começar a dissecar este Projeto. Quando ele diz que essas verbas serão aplicadas na segurança pública, na justiça, na educação, nas obras de infraestrutura; temos consciência plena de que o orçamento, tanto plurianual, como anual, é uma previsão que se faz da elaboração de obras dentro de um Estado, e da fixação da receita para este mesmo exercício.

Mas não está tão desamparada assim, a entrada nesta casa, do pedido autorizatório do Governo do Estado do Paraná, para que possamos dar continuidade ao plano de obras do governo paranaense, e não podemos paralizá-lo no instante em que as dificuldades econômicas fazem com que dezenas de Estados brasileiros não possam dar prosseguimento às suas obras, no campo social.

Nós temos capacidade de endividamento, e temos também o recurso de podermos utilizar a Resolução n. 93 para fazermos um empréstimo de 10 milhões de OTNs, possibilitando ao Estado dar continuidade ao desenvolvimento das suas obras.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ouvimos, costumeiramente, Deputados de todos os partidos subindo à tribuna desta Casa, cobrando do governo do Estado obras prioritárias, principalmente no campo social. Refiro-me, principalmente, aos Deputados Luiz Carlos Alborghetti, Raul Lopes, Algaci Túlio e outros que compõem a Comissão de Segurança, pedindo a implementação da máquina administrativa do Estado, na melhoria do setor da segurança.

Pois bem, nobres Parlamentares, se nós nos detivermos para avaliação do Plano Plurianual de Investimentos, enviado pelo Governo a esta Casa, na proposta de Orçamento Plurianual de Investimentos vamos encontrar, na parte destinada à segurança pública, na página 209, vamos encontrar, para a construção e equipamento para segurança pública, no Estado do Paraná, verbas do FAS; embutidas dentro dessa verba pleiteada pelo Governo, de 10 milhões de OTNs, do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social do País.

Se os senhores tomarem o cuidado de avaliar o Projeto Plurianual de investimentos que aqui está veremos que para construção e equipamentos de segurança pública, há uma previsão de despesas orçamentária, em verbas do Tesouro, vinculados no valor de Cz\$ 11 milhões e 100 mil cruzados para o ano de 1988. Cz\$ 1 bilhão, 924 milhões e 740 mil, para o exercício de 1989.

Pois bem, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, o que constitui, no Orçamento Plurianual de Investimentos ou no Orçamento Anual do Governo, a receita vinculada, são recursos extra-orçamentários, extra-limites, que se buscam para dar continuidade ao desenvolvimento do Estado. Então, os 10 milhões de OTNs pleiteados pelo governo do Estado do Paraná estão embutidos no trabalho de segurança pública, tanto cobrado por esta Casa, com a sua previsão no Projeto Plurianual de Investimentos na aplicação continuada de recursos para este setor.

Os parlamentares cobram-nos, também constantemente, que venhamos a ampliar o setor da justiça, a construção de mini-presídios; que venhamos a implementar no Interior do Estado do Paraná, condições para que a justiça possa funcionar.

Se nós nos detivermos ao Orçamento Plurianual do Governo enviado a esta Casa, nós vamos encontrar que no capítulo da Secretaria da Justiça, no que diz respeito a edificação e equipamentos para o comple-

xo, encontramos aí verbas do Tesouro, que são verbas de recursos ordinários, advindos da receita própria do Estado, como o ICM, transferência de recursos, e tantos outros que o compõem. Vamos encontrar a colocação de recursos nesse item, mas vamos encontrar também, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, recursos vinculados, recursos esses saídos do FAS, embutidos dentro da autorização que está se pedindo a este Parlamento, nesta data, nos valores de Cz\$ 404 milhões 179 mil, para 1989 e ainda de Cz\$ 813 milhões, 625 mil cruzados, para o exercício de 1990.

De onde advirão os recursos vinculados previstos no Plano Plurianual? Exatamente de recursos extra-limites que estão embutidos dentro do programa possível de ser financiado pelo FAS. Então, a autorização dada no dia de hoje, está aqui discriminada também nas devidas Secretarias de Estado para que o Governo tenha condições de dar continuidade às suas obras.

Mas vamos em frente para podermos ver que, além de o Governo estar pedindo autorização para contratação de 10 milhões de OTN's, o Governo está pedindo autorização para prestação de aval ou de fiança às entidades da Administração Indireta do Estado do Paraná até o limite de 15 milhões de OTN's.

Vamos pegar uma das administrações indiretas do Estado do Paraná que está vinculada à Secretaria da Educação, vamos encontrar recursos solicitados no Projeto de Lei n. 219 que estamos votando no dia de hoje para a Secretaria da Educação nas suas vinculadas, na sua administração indireta, - FUNDEPAR e Colégio Estadual do Paraná.

Senão vejamos, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares. No mesmo Orçamento Plurianual de Investimentos nós vamos encontrar, no capítulo destinado à Secretaria da Educação na sua administração indireta, recursos para Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR - e recursos para o Colégio Estadual do Paraná. Entre esses recursos do Plano Plurianual encontramos recursos do Tesouro Nacional, recursos ordinários, recursos vinculados, e recursos de operações de crédito internos nos valores determinados de Cz\$ 2 bilhões, 334 mil e 365 para 1988; de Cz\$ 2 bilhões, 334 mil e 365 para 1989; ou melhor, de Cz\$ 1 bilhão, 73 milhões, 156 mil para 1989; e de Cz\$ 80 milhões, 439 mil para os exercícios de 1990.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu me inscrevo num aparte a Vossa Excelência, ilustre Deputado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu só completo o raciocínio e lhe concedo o aparte.

Se passarmos a meditar então onde se aplicarão os recursos solicitados pela FUNDEPAR e pelo Colégio Estadual do Paraná, veremos que isto está inscrito no Plano do Governo, no Programa Especial de Investimento para a região Metropolitana de Curitiba - PERMIC -; no Programa de Desenvolvimento Rural Integrado do Paraná - PARANÁ - RURAL -; no apoio ao Ensino Municipal - PRAM -; na manutenção das unidades escolares do PRÓ-RURAL; no Ensino de 1º Grau; no Ensino Regular; na estrutura e apoio logístico do Ensino de 1º Grau; no Ensino de 2º Grau; no Ensino Polivalente e na infra-estrutura e apoio logístico do Ensino de 2º Grau.

Os valores estão discriminados; fazem parte do programa Plurianual; são verbas alocadas para a administração indireta, previstas neste Orçamento e que sem dúvida alguma precisam ter o apoio da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para que possam ser pleiteadas junto ao Senado Federal, após o encaminhamento do Presidente da República, e com parecer favorável do Conselho de Segurança Nacional.

Podemos, na sequência, Senhor Presidente, Senhores Deputados, avaliar o quadro geral da fixação das receitas e da destinação das despesas, bastando para tal continuarmos com a avaliação do Plano Plurianual que já está aqui. Posteriormente, vamos nos referir à diferenciação do Plano Plurianual de Investimentos e do orçamento Anual de 1988. Nós vamos encontrar, e aí já com recursos do PPS e talvez respondendo as indagações do Deputado Pedro Tonelli que, num requerimento a esta Casa, pedia através de Emenda que esses recursos fossem destinados para a Reforma Agrária, queremos dizer aqui que os recursos estão previamente elaborados nos setores destinados, que não podem ser aplicados em desapropriação de áreas, podem ser aplicados nos reassentamentos, no programa de ação social. Tal situação não fica alheia à preocupação do governo, quando ele tenta recursos internos com a Caixa Econômica Federal para usar no problema de assentamentos, porque é um governo comprometido com a Reforma Agrária e que no limite das possibilidades do Estado do Paraná tem feito a assistência necessária aos acampamentos do Estado do Paraná, tem procurado agilizar o processo, dentro da capacidade que o Estado tem de fazê-lo, visto que não lhe cabe o direito de desapropriação e não lhe cabe a possibilidade de poder conquistar as áreas por vontade própria, nem por decreto ou por lei desta Casa. Mas vamos encontrar no Orçamento Plurianual infra-estrutura para os assentamentos rurais com recursos destinados do Tesouro Nacional e de recursos vinculados para o exercício de 1988, e de 1989. Nesse programa de ação

social, que também faz parte das fontes de recurso do financiamento para a administração indireta, que estamos solicitando a esta Casa, existe a preocupação pelo social.

Pois bem, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, o Orçamento Plurianual, como disse anteriormente, nos traz a previsão de uma despesa futura e a fixação de uma receita. Nessa previsão de despesa futura exista a alocação de recursos. No Orçamento Anual que o Governo está enviando para esta Casa, nos detalhará, item por item sua proposta nas áreas de segurança, justiça, saúde, educação, e em outras áreas.

Quero, também, para podermos justificar o artigo 3º da Mensagem n. 219/87 - que solicita autorização para empréstimo no valor de Cz\$ 589 milhões, 986 mil 588 cruzados e 93 centavos, solicitado pelo Governo fazemos apenas um alerta aos nossos Parlamentares. Nós não estamos endividando em nada mais o Estado do que a recomposição em OTN's do empréstimo já autorizado pela Assembleia Legislativa no ano de 1986. Na vigência do Plano Cruzado, os empréstimos do Estado só poderiam ser feitos em cruzados, motivo pelo qual a Assembleia Legislativa votou uma autorização de que o governo pudesse fazer empréstimos junto ao PTS até o valor de Cz\$ 199 milhões, 414 mil, 450. Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, na época a OTN estava cotada a Cz\$ 106,40 cada uma. Não era permitido que se contratasse por ORTN porque durante o Plano Cruzado a ORTN foi extinta.

O governo quer hoje apenas a recomposição da quantidade de OTN's já aprovada por este Legislativo. O valor de Cz\$ 589 milhões, 986 mil, 588 cruzados e 93 centavos, corresponde, com a OTN do mês de agosto, de Cz\$ 377,67, ao limite de 1 milhão 562 mil 174,88 OTN's. Para totalizar exatamente as mesmas OTN's que haviam sido autorizadas quando seu preço era de Cz\$ 166,00 ou seja, o limite de 1 milhão, 874 mil, 158,36 OTN's. Então, se estamos mudando em cruzados, não estamos alterando nada na capacidade de endividamento do Estado em OTN's, visto o Governo ter contratado obras baseadas no congelamento, no valor estipulado em cruzados. E com o advento de que a OTN, mês a mês tem correção, estamos hoje na necessidade de atualização, sob pena de pararmos todas as obras iniciadas. Obras estas das mais variadas, no interior do Estado e voltadas para o campo social.

Gostaríamos que esta Casa de Leis, na avaliação desta votação, compreendesse a necessidade do Estado do Paraná continuar crescendo; compreendesse os anseios da nossa gente, para podermos dar seqüência

a obras neste Estado, que desponta no Sul exatamente porque tem a preocupação do social e de dar continuidade ao seu trabalho. Gostaria que compreendessem que não estamos aleatoriamente dando uma autorização ao Governo. Ela já está discriminada na Proposta Plurianual de Investimentos e que será detalhada em todos os orçamentos do programa do ano, que serão enviados à esta Casa. Desta forma, estaremos propiciando para que se busque o endividamento interno, com juros baratos, na Caixa Econômica Federal, com os recursos que faltam e que faltaram sempre, ao Paraná, relegado a um segundo plano como os demais Estados do Sul, quando o Governo Federal vem normalmente destinando seus recursos para outras regiões do País.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Deputado Caíto Quintana. Vossa Excelência faz uma explanação perfeita com relação ao Projeto de Lei n. 219/87. Mas gostaria ainda de acrescentar, ao mesmo tempo, refrescar a memória dos ilustres Deputados Algaci Túlio e Pedro Teonelli. Quando aqui votávamos a mensagem do Governo do Estado de interesse da população do Estado e a mensagem enviada pelo Governador Álvaro Dias, que a Assembleia Legislativa do Paraná havia passado um cheque em branco ao Governo do Estado.

Com o decorrer do tempo, hoje se constata que não foi bem aquilo que os Deputados divulgaram na imprensa do Paraná. E o exemplo disto devemos confirmar com relação ao Projeto n. 219/87, encaminhado por Sua Excelência, o Governador, pedindo a sua aprovação ao Poder Legislativo de nosso Estado. Quando se fala da capacidade de endividamento de nosso Estado, questão esta levantada por Suas Excelências os Deputados Pedro Tonelli e Algaci Túlio, é evidente que todos os Estados brasileiros ficam à mercê da Lei do Congresso Nacional, sabendo da potencialidade e até quando está a sua capacidade de endividamento. E isso acontece também nos municípios, nos nossos Estados. Quando há um pedido de empréstimo e antecipação de Receita, ele tem que ser referendado pela Câmara Municipal e evidentemente pela Agência bancária, que sabe de quanto pode ser o endividamento do Município.

Quando se fala dos deputados palacianos, eu gostaria de dizer ao ilustre Deputado Pedro Tonelli que eu não sou um Deputado palaciano, eu sou um Deputado comprometido com o programa do meu Partido, eu sou um Deputado comprometido com a população do meu Estado, eu sou um Deputado que participei junto com o povo do Paraná, para eleger o Governador Álvaro Dias, e te-

nho a responsabilidade, também, nos meus ombros, deste compromisso com o Governador e a população deste Estado!

Se nós vamos ao Palácio é porque vamos defender os interesses do Paraná e da população do nosso Estado. Se o ilustre Deputado não vai é porque não está preocupado em defender os interesses do Paraná, porque o Palácio Iguazu, através do Governador Álvaro Dias, sempre esteve com as portas abertas para atender os Parlamentares desta Casa.

Então, na verdade, ilustre Deputado Caíto Quintana, eu não vou me alongar, Vossa Excelência já foi muito feliz na sua explanação, mas há de se lembrar de que este empréstimo, através do FAS, Fundo de Assistência Social, isto vem ao encontro das necessidades de todos os segmentos sociais do nosso Estado. É nas escolas, na criação de hospitais nos Municípios, para atender os menos favorecidos pela sorte, na aquisição de equipamentos hospitalares, na aquisição de ambulâncias, para atender o povo do nosso Estado.

Então nós gostaríamos de dizer que, fiscalizar, como disse o Deputado Pedro Tonelli, o Governador Álvaro Dias, na verdade nós que pertencemos ao Partido do Governador e conhecemos a figura do Governador Álvaro Dias, nós sabemos que maior fiscalização está dentro da sua consciência, dentro da sua honestidade e dentro da sua responsabilidade, da credibilidade do povo do Paraná, que o levou ao Palácio Iguazu.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço o seu aparte, e só para concluir, Senhor Presidente, Senhores Deputados temos falado muitas vezes, nesta Casa, que recursos do Governo Federal têm faltado ao Sul do Brasil ...

O SR. PEDRO TONELLI - Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento) Agradeço o aparte do nobre líder da bancada do PMDB. Realmente acho que tivemos uma evolução no processo político interno, nesta Casa de Leis. Até hoje nós não conseguimos ouvir os representantes palacianos para dar as suas explicações sobre os seus Projetos, as suas intenções e pormenorizar, para melhor avaliar. Então esse, eu acho, que é um avanço importante!

Gostaria de me referir quando o nobre Líder se pronunciou sobre a destinação de parte do orçamento do Estado, que é integrante deste endividamento, é lógico, quando se referiu à questão da Reforma Agrária.

A viabilização do processo de reforma Agrária, no Paraná anda à trote de caranguejo, todo mundo sabe. Visito, semanal-

mente um ou outro assentamento, definitivo ou provisório de sem-terras do Paraná e estamos constatando a miserabilidade em que se encontram...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, eu não sei se fiz confusão neste momento, mas parece-me que estamos discutindo com relação ao Projeto n. 219/87, e no corpo deste projeto eu não vejo nada que diga algo em relação à Reforma Agrária.

Então eu gostaria que o ilustre Deputado Pedro Tonelli, que é regimental, discutisse baseado no Projeto n. 219/87, porque ele está saindo fora do assunto e da matéria.

Muito obrigado.

O Sr. Pedro Tonelli - Eu simplesmente estou usando isso porque o nobre Líder do PMDB está falando sobre Reforma Agrária e ela também foi tema na reunião passada, quando foi repudiada uma emenda de autoria deste Parlamentar, onde a destinação desses recursos não seriam só para ensino, educação, segurança, e saúde, mas também para a Reforma Agrária. E isso foi negado.

E agora o nobre Líder mencionou muito bem, dando explicações do corpo do Projeto e dizendo que o Governo Federal destina recursos para a viabilização dos assentamentos e para o sucesso da Reforma Agrária no Paraná.

Vejo, semanalmente, comissões de sem-terra, dos assentados, procurando o INCRA, a Secretaria de Reforma Agrária, procurando o Governo do Estado, as diferentes Secretarias, de chapéu na mão, esmolando recursos para sementes, para casa de moradia, para comprar boi, para comprar arado, para arrumar adubo, para viabilizar o projeto dos assentamentos.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa consulta o orador se está consentindo no aparte.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu gostaria que o Deputado Pedro Tonelli fosse mais suscito, devido ao adiantado do meu tempo.

O Sr. Pedro Tonelli - Então o que nós gostaríamos é que ficasse bem claro para todos os que compõem esta Casa de Leis, e este foi o motivo da emenda de nossa autoria, repudiada na sessão passada, de que nós tomássemos a iniciativa e começássemos

a destinar todos os projetos de endividamento deste Estado ...

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - (Questão de ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está com a palavra Vossa Excelência.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Senhor Presidente. Faço coro junto com o Deputado Dirceu Manfrinato, porque realmente o Deputado Pedro Tonelli está fugindo do assunto no que concerne ao Projeto de Lei n. 219, e isto está atrapalhando a explicação sábia, e profunda do Projeto que o nosso Líder da Bancada vinha conduzindo.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa interpelou o orador que está na tribuna e Sua Excelência consentiu no aparte do Deputado Pedro Tonelli. Entretanto, a questão de ordem, levantada pelo Deputado Dirceu Manfrinato e pelo Deputado José Afonso Júnior procede. (Lê artigo 25, inciso 7º). A Mesa apela ao nobre aparteante que se cinja à matéria.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Tem a palavra Vossa Excelência.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, eu gostaria de solicitar ao nosso Líder da Bancada, Deputado Caíto Quintana, que apesar de demonstrar a sua parte democrática, de que não permitisse que o ilustre Deputado fugisse do assunto de que estamos tratando, para não confundir as pessoas que estão visitando este Poder Legislativo. Eu lamento este tipo de procedimento, pois é exatamente um procedimento que vem deturpar um trabalho sério, porque nós estamos preocupados com a população do Paraná e não podemos fugir da responsabilidade e do compromisso que é o Projeto n. 219/87.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) O nobre Deputado Pedro Tonelli está com a palavra, Pela Ordem.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu indago à Mesa, com base no Regimento Interno a quem compete conceder ou não apartes em discussão da matéria.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) É evidente, nobre Deputado, e eu não preci-

so dizer isto a Vossa Excelência, que é o orador que se encontra na tribuna. Agora, os apartes deverão ser breves e corteses e não devem ser desviados do assunto.

O Sr. Pedro Tonelli - Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Pedro Tonelli, para evitarmos as Questões de Ordem colaterais, eu gostaria de pedir gentilmente ao nobre Parlamentar, que ficássemos na discussão do empréstimo e que Vossa Excelência fosse breve na conclusão do seu aparte, para que eu possa dar continuidade.

O Sr. Pedro Tonelli - Dois minutos somente, Deputado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Pois não!

O Sr. Pedro Tonelli - Muito bem.

Então, a nossa preocupação é de que realmente começássemos a ter essa preocupação no sentido de começarmos a ajudar a resolver o problema maior do Paraná. Trata-se de 10 milhões de OTNs de endividamento do Estado! Nós votaremos a favor, mas certamente gostaríamos que estivessem contempladas prioridades de recursos para viabilizar o processo de Reforma Agrária no Paraná, porque senão, vamos ver, uma vez mais, as comissões dos sem-terra, os assentamentos, a ouvirem do Secretário da Reforma Agrária dizer o seguinte:

- Não temos orçamento, não temos dinheiro, só há um orçamentozinho miserável para pagar o Secretário, e o seu corpo de funcionários na Secretaria e nada mais. Então, não gostaríamos que isso continuasse acontecendo, isto é, debaixo dessa desculpa acobertar a grande necessidade deste Estado, que é a viabilização do processo da Reforma Agrária no Paraná.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Pedro Tonelli, anteriormente havíamos citado a preocupação do Governo do Estado do Paraná, com o processo da Reforma Agrária.

Infelizmente, é verdade, não compete ao Governo do Estado a desapropriação de áreas; não compete ao Governo do Estado, decretos de declaração de área passível de Reforma Agrária, mas, há a preocupação do Governo do Estado no apoio aos reassentamentos, que eu concordo com Vossa Excelência, são ínfimos, tanto no Estado como no Brasil.

Entretanto, o Governo do Estado tem demonstrado em todos os instantes, nas suas colocações, nas suas reivindicações, nas suas sugestões, problemas dessa natureza, mas, aqui, no pedido que está se fazendo, está imbutida infra-estrutura pa-

ra os assentamentos rurais, como estão embutidas também, no campo rural, verbas para escolas rurais, verbas para o PRAM, verbas para estradas, verbas para pontes, todas destinadas à área rural, para que haja infra-estrutura de apoio à pequena propriedade no Estado do Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, para concluir, afirmo que nós temos que perder a noção de que os Estados sulinos tenham que viver por conta e risco de sua produção e de suas receitas próprias, enquanto o caixa do Governo Federal, que é rico, é centralizador, tem destinado recursos para área social do Nordeste, do Noroeste e de outras regiões do País.

Pois bem.

O Governador Álvaro Dias, sentindo que a possibilidade de continuidade dos Programas Sociais do Estado do Paraná só tem um endereço, a Caixa Econômica Federal, com verbas do FAS, o Governo está endereçando a esta Casa um pedido autorizatório, que não estará completado neste ano, que é uma autorização global necessária para que o Congresso Nacional possa avaliar posteriormente, um por um, os projetos montados pelo Governo, projetos esses que serão alvos de discussão nesta Casa, no instante em que o Governo aqui apresentar o seu Orçamento Anual.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu sei que se diz, costumeiramente, que para a Situação, principalmente quando majoritária, basta o exercício da maioria, para votar e fazer aprovar a matéria que vem a este Plenário.

Não penso assim, Deputado Algaci Túlio, não penso assim, Deputado Pedro Tonelli, acredito que as indagações da Oposição devam ser respondidas principalmente quando se tem o alcance daquilo que pretende o Governo do Estado do Paraná com este empréstimo extra-limite.

Entendo o papel de Vossas Excelências, e entendo o papel da nossa Bancada, que precisa trazer as explicações, e espero ter podido, nesta tarde, dirimir em parte as dúvidas levantadas pela Oposição, e fazer com que esta Assembléia Legislativa, pelo bem do Paraná e pela continuidade das Obras Sociais do nosso Estado, vote, na Terceira Discussão, por unanimidade, favoravelmente ao empréstimo aqui requerido.

O Sr. Algaci Túlio - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)

Muito obrigado, Deputado Caíto Quintana. Quero dizer a Vossa Excelência que esta Casa só se engrandece quando discute uma matéria de tamanha importância como esta, e quando Vossa Excelência sobe à tribuna para dar explicações que pedimos, em Primeira Discussão, reiteramos em Segunda Discussão e agora em Terceira Dis-

cussão.

Acho que isso é muito importante, é benéfico para Casa e para todos nós, Parlamentares, muito embora Vossa Excelência tenha acabado de dizer que espera ter dado respostas convincentes às indagações feitas, eu poderia dizer a Vossa Excelência, que ainda não estou de todo satisfeito, mas pelo menos, sinto-me contente pelo seguinte: quero crer e já disse, Vossa Excelência é testemunha e esta Casa também, de que nas duas primeiras discussões votei favorável e repeti que votaria favorável à matéria e assim o farei, no entanto, ainda é necessário fazer cobranças com relação a algumas informações que Vossa Excelência trouxe hoje, e diante destas informações, fico satisfeito, porque, se porventura, e espero que isso não aconteça e não acredito que venha acontecer, que se essas verbas que estamos aprovando hoje, não forem aplicadas naquilo a que realmente são destinadas, terei a tranquilidade, e Vossa Excelência sabe disso, de voltar à tribuna desta Casa e cobrar e fazer cobrança diretamente a Vossa Excelência. Mas quero crer, como já disse nas discussões anteriores, que Sua Excelência o Governador vai saber aplicar dentro da área da educação, - e hoje estão aqui os professores reclamando por melhores condições - da área de segurança, que discutimos hoje à tarde e da área da saúde. Áreas importantes e prioritárias em todo e qualquer governo.

Por isso, Vossa Excelência leva deste Parlamentar o agradecimento pelas explicações, porque evidentemente a partir delas, poderemos cobrar em face daquilo que Vossa Excelência disse hoje e que está nos Anais desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço o aparte do nobre Deputado e vou além, colocando à disposição dos Parlamentares da Oposição, todas as informações que temos em mãos, para que elas possam ser melhor avaliadas no silêncio do gabinete, para que tenhamos a consciência tranqüila de que com a votação desses empréstimos, estamos ajudando o Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação.

Tem a palavra, para encaminhar a votação, o Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Serei muito breve nas observações acerca da solicitação do Senhor Governador do empréstimo de 25 milhões de ORTN, Cz\$ 590 e tantos milhões.

O Deputado Caíto Quintana, como é de

Curitiba, segunda, em 28.09.87

seu feitio, responsável pela Liderança da grande maioria desta Casa, veio de maneira cortês, cumprindo com a compromisso firmado durante a discussão desta matéria em 1.^a Discussão, trazendo os esclarecimentos com que se havia comprometido. Falou o Deputado inicialmente, sobre o aspecto constitucional. Concordamos plenamente com as colocações do ilustre Líder, como também com as suas explicações acerca do detalhe, que era, parece-me, a indagação dos Deputados Algaci Túlio e Pedro Tonelli, no início da discussão dessa mensagem, perguntando para onde iam os Cz\$ 10 bilhões, quais as obras que serão atendidas prioritariamente. E o Deputado Caíto Quintana, habilmente, trouxe o orçamento plurianual, sobre o qual deu os esclarecimentos que julgou necessários. Da mesma forma que o Deputado Algaci Túlio referiu-se à postura do ilustre Líder, também me solidarizo com o Deputado Algaci Túlio, para dizer que este gesto de Vossa Excelência, Deputado Caíto Quintana, é digno do nosso respeito.

Mas, queria apenas registrar, ao votarmos agora em 3.^a Discussão, que a situação econômica-financeira do Estado não é tão tranqüila quanto se dizia nos últimos dias do governo anterior, especialmente, quando a televisão dizia que o governo João Elísio - Richa, entregava o governo a Álvaro Dias com as suas contas certas, em dia. Na verdade, soubemos logo depois, pelo atual Secretário de Finanças, que a situação econômica do Estado era tão grave, que chegou a preocupar o atual Senhor Governador.

E agora, depois de termos votado algumas leis autorizatórias, com responsabilidade do Governo do Estado, com a contratação de empréstimos e aval, muito particularmente com a obra de Segredo, em que o Estado responsabilizou-se por US\$ 700 milhões para a sua construção, retifico, US\$ 600 milhões para Segredo e mais US\$ 100 milhões para obras da COPEL, não especificadas.

Depois votamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nova lei autorizatória para o Senhor Governador contrair novos empréstimos até o exercício de 1991, quer dizer, durante todo o seu Governo, o Governo de Álvaro Dias. Agora estamos votando autorização para mais Cz\$ 10 bilhões, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

É claro que a mensagem do Senhor Governador, mais que a mensagem, o Projeto de Lei, diz que os recursos solicitados na administração direta são para atender à segurança pública, à justiça, à saúde, à educação e obras de infra-estrutura. Quer dizer, Senhor Presidente, para governar o Paraná vai ser necessário contrair mais Cz\$ 10 bilhões, além dos outros Cz\$ 590 e poucos milhões e refere-se o Senhor Gover-

nador à lei autorizatória anterior.

Li há poucos dias, no "Jornal do Estado", que o Senhor Governador do Estado dizia que as obras do DER não seriam paralisadas porque já havia negociado e providenciado, isto agora, na semana próxima passada, a obtenção de empréstimos, cerca de Cz\$ 1 bilhão, para os pagamentos mais urgentes, das empreiteiras do DER.

Já há alguns anos, Senhores Deputados, não se verificava que um Estado atrasasse ou viesse a atrasar um setor rodoviário. E tenho informações que outros segmentos da administração pública do Estado estão com dificuldades de cumprir seus compromissos mais imediatos. Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o nosso voto será favorável à Mensagem do Senhor Governador.

Não porque as pesquisas feitas dirigidas ou não, é que são favoráveis, mas porque também como Deputado de Oposição, mais que Oposição, temos responsabilidade com o Paraná e para ele e por ele é que estamos aqui. Mas não podíamos deixar de vir aqui, a nossa Bancada, para dizer também da apreensão em sabendo que o Estado do Paraná cantava aos quatro ventos nas televisões, em todos os horários, que os seus cofres, recursos e que o erário público estavam contemplados com recursos capazes de cumprir todos os seus compromissos. Agora não é verdadeira esta afirmação, porque o Governador do Estado diz, em outras palavras, que é impossível governar o Paraná, presentemente, se a Assembleia não lhe der a condição legal, na obtenção de novos cruzados para o Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 53/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 40/87), objetivando estabelecer normas com vistas à implantação, no magistério paranaense, do Regime Diferenciado de Trabalho - RDT, de que trata a Lei Complementar n. 32, de 11.12.86. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.R.H. e C.E., por unanimidade. Com EMENDAS DE PLENÁRIO com PARECERES CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.F., por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 053/87

1. Retorna a esta Comissão o supra mencionado projeto (oriundo da Mensagem n. 40/87 do Poder Executivo) face ao requerimento de autoria do nobre Líder da Bancada do PMDB Deputado Caíto Quintana, para apreciação de emendas, aprovado em Sessão do dia 18 de agosto de 1987.

2. Foram apresentadas 12 emendas a se-

quir resumidas:

2.1. - Assegura aos integrantes do quadro próprio do magistério, com mais de 20 anos de serviço, direito a, após opção pelo R.D.T. aposentadoria integral nas quarenta horas, desde que tenham um padrão e trinta e cinco anos de serviço para mulheres e homens respectivamente. Autor: Deputado Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA: Alega o não cumprimento do Artigo 20, Parágrafo Único do Estatuto.

2.2. - Emenda aditiva que assegura a opção pelo RDT aos integrantes do Q.P. Magistério e aos que pertençam ao Q.P. do Poder Executivo, condicionada ao prévio concurso e habilitados para atuarem no ensino de 1º e 2º graus. Autoria: Deputado Rafael Greca.

2.3. - Manda acrescentar "do Quadro Único do Poder Executivo". Esta emenda é uma adaptação à emenda anterior nos diversos artigos da Mensagem Governamental. Autor: Rafael Greca.

2.4. A emenda propõe a extinção dos cargos do Q.U. do Poder Executivo ocupados pelos já referidos professores/especialistas que venham a optar por um dos R.D.Ts., conforme o artigo 2º da presente lei (refere-se à emenda aditiva nº, do próprio Autor: Deputado Rafael Greca.

2.5. - Determina esta emenda que a SEED baixará atos complementares dentro de 60 dias. Acrescenta portanto prazo determinado para os atos complementares; não previsto na Mensagem Governamental. (v. artigo 8º).

2.6. - Acrescenta a palavra "inicialmente" ao artigo 1º da Mensagem Governamental. Autor: Rafael Greca.

2.7. - Acrescenta o inciso IX do art. 54, do Estatuto do Magistério. ("missão ou estudo no exterior ou no território nacional mediante autorização do chefe do Poder Executivo"). Autor: Rafael Greca.

2.8. - Emenda substitutiva que labora em hipótese, isto é, no caso de vir "tempo de aposentadoria sofrer alteração na nova C.F. substitui 25 a 30 anos, por "TÊ". (tempo)! Autor: Rafael Greca.

2.9. - Emenda alterativa, modifica o percentual de 20% (da Mensagem) para 30% sobre a jornada de trabalho. Autor: Rafael Greca.

2.10. - Repete a emenda anterior. A.R.G.M. apenas com a denominação de Emenda Modificativa.

2.11. - A emenda aditiva propõe que os professores do Q.P. do Magistério serão beneficiados pelo RDT no prazo máximo e 2 anos, após aprovação. Autor: Rafael Greca.

2.13. - Assegura aos professores especialistas, com mais de 20 anos, após opção, pelo RDT, a aposentadoria integral (conforme artigo 1º § 2º da Lei - Mensagem) desde que c/ um só padrão e tenham no

mínimo 5 anos de novo regime. Autor: Orlando Pessuti.

3. Resumidas as emendas, passemos à análise global das citadas iniciativas sob o aspecto da conveniência e da constitucionalidade, bem como do seu mérito (artigo 48 do R.I. e 2º do artigo 30 da C.E.).

Com efeito, a Mensagem nº 40/87, de 27 de abril de 1987 é produto de amplo entendimento mantido entre o Governo do Estado e a Associação dos Professores do Paraná (APP). O Governador Álvaro Dias, à certa altura da Mensagem, expressamente confirma que "a proposição nasceu de estudos conjuntos realizados pelas Secretarias de Estado da Educação, da Administração, do Planejamento, das Finanças e pela Casa Civil, os quais foram analisados também com representantes da Associação dos Professores do Paraná, em várias reuniões, refletindo assim a proposta em sua redação final, a concordância da classe e os legítimos interesses do ensino".

4. Por outro lado, o Senhor Secretário da Educação, Belmiro Valverde Jobim Castor, no ofício n. 693/87 de 13.04.87, dirigido ao Senhor Governador e que originou a Mensagem ora em discussão, à certa altura bem equaciona o problema, pois além de envolver a participação de várias Secretarias concluiu: "a fim de analisar a referida proposta de regulamentação, adequando-a não apenas às pretensões de atendimento à laboriosa classe do magistério, como também às conveniências e necessidades da administração, aliadas às possibilidades orçamentárias, sem qualquer tratamento diferenciado que venha criar situações de privilégio ou discriminação a determinados segmentos do magistério".

Pelo que se verifica, nas opiniões do Senhor Governador e do Senhor Secretário, a Mensagem representa a opinião negociada e participativa do governo e da APP. Portanto, quer me parecer embora toda elaboração legislativa não seja o produto perfeito da mente humana - justamente por ter na sua criação a opinião dos homens - a presente proposta está de acordo com a vontade das partes envolvidas.

5. - Não seria conveniente, no plano constitucional, desprezar os dispositivos da Constituição Federal e Estadual que regulam a iniciativa das leis e a competência exclusiva de propô-las. É bem verdade que ao invocar o sistema constitucional vigente, ocorrem lembranças da sua origem constitucional. Emendada, em 1969, por um colégio restrito de Ministros Militares a atual C.F. em muito se assemelha à Constituição de 1937, ambas autoritárias, as duas impregnadas do pecado original da ilegitimidade. Nenhuma delas vontade e produto de seu povo. Outorgadas, trazem o vício autoritário. Graças à Constituinte,

Curitiba, segunda, em 28.09.87

teremos, logo, um plano constitucional que - espero - seja novo e reflita o pensamento melhor do povo brasileiro. Assim, temos hoje enormes restrições à iniciativa de leis e emendas por parte do Parlamento:

É da competência exclusiva do Presidente da República a iniciativa de leis que:

I - ... (omissis)

II - ... ou aumentem vencimentos ou a despesa pública (art. 57, inc. II, in fine).

O Parágrafo Único e letra "a" do mencionado artigo proíbe emendas que aumentem a despesa prevista nos projetos cuja iniciativa seja exclusiva competência do Presidente da República.

6. - Reporto-me ao voto que proferi no Projeto de Lei n. 080/80: com efeito, compete exclusivamente ao Governador a iniciativa de leis que "criem cargos, funções ou empregos públicos ou aumentem vencimentos ou a despesa pública (art. 25, § 1º, letra B da C.E.)."

A C.E. reforça a exclusividade da iniciativa quando define a competência privativa do Governador, e estabelece novamente que a iniciativa do processo legislativo é privativo do Chefe do Poder Executivo das leis que... criem ou extingam cargos.. ou acresçam a despesa. (art. 47, inc. I da C.E.).

Face ao exposto, opinamos contrariamente. Pela rejeição de todas as emendas pelas razões expostas, e em especial dada a flagrante inconstitucionalidade.

Parecer contrário.

Sala das Comissões, em 01.09.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 053/87

PARECER:

O Projeto de Lei Complementar em exame origina-se na Mensagem Governamental n. 40/87 e visa estabelecer normas com vista à implantação, no magistério paranaense, do Regime Diferenciado de Trabalho - RDT, de que trata a Lei Complementar n. 32, de 11 de dezembro de 1986.

A matéria já mereceu da parte desta Comissão de Finanças o necessário parecer favorável. Retorna, em atendimento ao requerimento de autoria do nobre Deputado Caio Quintana, Líder da Bancada do PMDB, para que sejam examinadas as Emendas nela incluídas.

Apreciadas pela douta Comissão de Constituição e Justiça, as referidas Emendas mereceram parecer contrário, face ao fato de serem inconstitucionais.

Tendo em conta tal fato, visto que as

medidas propostas pecam por vício de origem, manifestamos o nosso parecer contrário, opinando pela rejeição das mesmas.

Sala das Comissões, em 16.09.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, não estou ouvindo corretamente as suas explicações.

Qual é o projeto que está em votação neste momento?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É o Projeto n. 53/87.

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário de n. 12, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, com apoio dos Senhores Deputados Amélia Hruschka, Basílio Zanusso e Algaci Túlio, constante do expediente, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 12 AO PROJETO DE LEI N° 53/87

§ 3º- Fica assegurado aos Professores e Especialistas, definidos no artigo 1º com mais de vinte (20) anos de exercício, após opção por escrito pelo Regime Diferenciado de Trabalho, na data de sua implantação, a aposentadoria integral de acordo com as jornadas constantes do artigo 1º parágrafo 2º, desta Lei, desde que sejam detentoras de um só padrão, e tenham exercido o novo regime no mínimo por 5 anos.

Sala das Sessões, em 28.09.87.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoio: Amélia Hruschka, Basílio Zanusso, Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

Esta solicitação vem a propósito do não cumprimento do art. 20- Parágrafo Único do Estatuto do Magistério Paranaense que reza:

Art. 20 - O provimento de cargos em cada nível de atuação será feito mediante concurso público de provas e títulos.

Parágrafo Único - Os concursos deverão realizar-se de dois em dois anos, salvo necessidade do ensino, pela ocorrência de vagas e serão de caráter regional ou municipal, nos termos do respectivo regulamento.

A não permissão da conquista do 2º padrão de Especialistas de Educação, por parte de Estado, obrigou-os a permanecerem nesta situação altamente discriminatória de um só padrão, a ponto de muitos estarem se aproximando e extrapolando o tempo de serviço, no aguardo da aprovação do R.D.T., para solicitarem os benefícios da aposentadoria com as 40 horas integrais,

já que foram impedidos e prejudicados pelo não cumprimento do dispositivo da Lei acima.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, com apoio dos Senhores Deputados Basílio Zanusso, Antônio Belinati e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando a suspensão da sessão pelo prazo de 15 minutos, antecedendo a discussão do Projeto de Lei nº 53/87, para que a Associação dos Professores do Paraná justifique a necessidade das emendas hoje apresentadas. A Mesa deixa de recebê-lo, com base no Art. 77, do Regimento Interno.

O SR. ALGACI TÚLIO - O requerimento, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É o projeto.

O SR. ALGACI TÚLIO - O projeto, quero discuti-lo, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O requerimento que a Mesa deixou de receber tem o seguinte teor. (Lê):

"O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa da Assembléia a suspensão pelo prazo de 15 minutos, antecedendo a discussão do Projeto de Lei nº 53/87, com a finalidade de permitir que representantes da Associação dos Professores do Paraná tenham a possibilidade de justificar a necessidade das emendas amanhã apresentadas e tendo em vista que as emendas anteriormente apresentadas receberam parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça, sob a alegação de que, conforme parecer do relator Deputado Nereu Carlos Massignan: pelo que se verifica nas opiniões do Senhor Governador e do Senhor Secretário, a Mensagem representa a opinião negociada e participativa do Governo e da APP, portanto, quer me parecer, embora toda elaboração legislativa, não seja o produto perfeito da mente humana - justamente por ter na sua criação a opinião dos homens - a presente proposta está de acordo com a vontade das partes envolvidas".

A necessidade da oportunidade da APP justificar as emendas, de esclarecer o que não houve, segundo o que nos passaram de informações os professores que aqui se encontram, eles afirmam que não houve o acordo com o Governo. Justificaria, portanto, esta suspensão de 15 minutos, de uma maneira democrática desta Casa e o

Parlamento deve ser aberto ao povo que aqui vem para que todos nós Parlamentares pudéssemos ouvir os representantes da APP e ver se houve, na verdade, esse acordo entre as lideranças e o Governador, para que pudéssemos então com mais tranqüilidade e com melhor conhecimento de causa, discutir esta matéria. É lamento que não seja dada esta possibilidade, quando sabemos que nesta Casa, em outras ocasiões, já requerimentos desta natureza aconteceram e foram aceitos.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, transcorrido mais de um mês da retirada do presente Projeto de Lei da pauta da Ordem do Dia, para que as Comissões da Casa apreciassem as Emendas a ele apresentadas, volta-se a discuti-lo, lamentavelmente, apenas com a audiência da Comissão Técnica de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças. Volta a pedido, através de Requerimento, do Líder do Governo nesta Casa e também com documento inicial do Deputado Basílio Zanusso, que há mais de 20 dias teve requerimento aprovado por esta Assembléia pedindo a volta do Projeto ao Plenário. Volta - e é bom que se frise - em boa hora, porque realmente não há porque se postergar a discussão do Projeto que trata de matéria de tanta importância para o professorado do Paraná. Já dissemos, quando em 1.ª Discussão do Projeto, que ele vai trazer benefícios à classe; daí, inclusive, não entendermos o porquê do Projeto não ter no prazo de um mês condições suficientes para ser examinado pelas demais Comissões, em especial pela Comissão de Educação.

Não vamos aqui entrar no mérito da rejeição das Emendas, mas contestar a justificativa para essa rejeição. Com todo o respeito à inteligência, à sabedoria, do advogado e Deputado Nereu Carlos Massignan: "Face ao exposto, opinamos contrariamente pela rejeição de todas as Emendas pelas razões expostas, em especial dada a flagrante inconstitucionalidade".

Senhores Deputados, uma simples e rápida leitura a este Parecer mostra claramente que o ilustre relator fundamenta o seu voto, acompanhado pelos demais membros ou pela maioria dos membros da C.C.J., em dois argumentos: "razões expostas e em especial dada a flagrante inconstitucionalidade".

Ora, Senhores Deputados, dizer que as Emendas são de flagrante inconstitucionalidade é até - perdoe-me o Deputado Nereu Carlos Massignan - menosprezar a capacidade de interpretação dos textos de qualquer dos Senhores Deputados.

E apenas para dar exemplo do que afirmamos, porque realmente de mais nada vale chorar sobre o leite derramado, as Emendas já foram rejeitadas, mas para que não

aconteça o mesmo com as Emendas que vamos dar entrada à Mesa no dia de amanhã, e que apresentam muita semelhança com as rejeitadas.

Vejam aqui: onde há inconstitucionalidade, Senhores Deputados, de Emenda, por exemplo, Emenda Aditiva, que assegura opção pelo RDT aos integrantes do quadro próprio do Magistério e aos que pertencem ao Quadro Único do Poder Executivo, condicionado ao prévio concurso e habilitados para atuarem no Ensino de 1º e 2º Graus, manda acrescentar no Quadro Único do Poder Executivo: "Esta emenda é uma adaptação à Emenda anterior, aos diversos artigos da Mensagem Governamental? Determina esta Emenda que a Secretaria de Educação baixará atos complementares dentro de 60 dias. Acrescenta, portanto, prazos determinados para os atos complementares não previstos na Mensagem Governamental. Acrescenta a palavra - inicialmente - ao artigo 1º da Mensagem Governamental. A Emenda Aditiva propõe que os professores do quadro próprio do Magistério serão beneficiados pelo regime diferenciado no prazo máximo de 2 anos após a aprovação. Todas essas Emendas foram apresentadas na forma regimental. Houve, no mínimo, no meu entendimento, e respeitando - digo mais uma vez, o parecer do Deputado Nereu Carlos Massignan, um pouco de precipitação, e dizemos isto estribados exatamente na fundamentação do relator, ao invocar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, Senhores Professores, o dispositivo do artigo 25 da Constituição Estadual, § 1º, que preconiza: "Compete exclusivamente ao Governador a iniciativa de Leis que criem cargos, funções ou empregos públicos ou aumente vencimentos ou a despesa pública".

O nobre Relator frisou ou grifou a expressão "aumente vencimentos ou a despesa pública". Isto, segundo entendemos, significa, que o mesmo entendeu que as emendas aumentariam vencimentos ou a despesa pública, o que evidentemente seria inconstitucional. Mas, Senhores Deputados, as Emendas apresentadas nunca cogitaram de tal procedimento, não visaram nada disto e o motivo da rejeição todos nós sabemos. E, lamentamos que tenha entendido desta maneira o relator da C.C.J.

Prosseguindo, ainda com base também no que afirmou o relator, diz no seu Parecer: "Pelo que se verifica nas opiniões do Senhor Governador e do Senhor Secretário, a Mensagem representa a opinião negociada e participativa do Governo e da APP. Portanto quer me parecer, embora toda a elaboração legislativa não seja o produto perfeito da mente humana - justamente por ter na sua criação a opinião dos homens e a presente proposta está de acordo com a vontade das partes envolvidas".

Senhores Deputados, aqueles que ouviram com atenção a leitura acima terminada, devem ter atentado para esta frase: "justamente por ter na sua criação a opinião dos homens". Justamente por isso, Senhores Deputados, é que pedimos a Vossas Excelências e à Mesa que aceitassem o nosso requerimento propondo a suspensão por 15 minutos da Sessão, para que os membros da APP que aqui nos dão o prazer da sua presença hoje, durante toda a tarde, de senhores e senhoras professoras para que pudessemos ter uma explicação mais abalizada dessas emendas. E, lamentavelmente, o nosso requerimento não foi aceito.

A APP está aqui, representada por vários de seus membros: Professor Adir, Professor Vatanabi, Professora Elide e outros professores que acompanham atentamente a votação desta Mensagem. Seria a oportunidade que se daria à APP, para confirmar a nós Parlamentares da Oposição, principalmente, se na realidade houve este acerto, este acordo entre Governador e a APP. Infelizmente, repito, este requerimento foi rejeitado.

Queríamos, também, neste momento, dizer que é lamentável que esta Casa não tenha aceito este requerimento e não tenha dado à APP o necessário momento oportuno para fornecer as devidas explicações em relação ao assunto. Porque não estamos aqui lutando pelos nossos interesses e sim daqueles que para cá nos mandaram. E entre estes, um grande percentual é de professores. Mas mesmo que não fosse, estaríamos aqui lutando pelos seus direitos o que, tenho certeza, é a preocupação de todos os Parlamentares.

Este Projeto foi recebido nesta Casa no dia 04 de abril e permaneceu até agosto nas Comissões; saiu da Ordem do Dia para ser apreciado pelas Comissões Técnicas; ficou mais um mês para ser apreciado pelas Comissões. Por que este Projeto não passou, agora, na segunda fase, pela Comissão de Educação. Comissão importante desta Casa, composta por Deputados atuantes que, evidentemente, também lutam pela melhoria da educação. E por que não foram o Projeto e as Emendas apreciadas pela Comissão de Educação? Comissão que, mais do que qualquer outra, teria condições de se pronunciar quanto à oportunidade destas Emendas. Esta Comissão poderia ter procurado fazer o que hoje pretendemos. Poderia ter buscado subsídios junto à assessoria jurídica da própria Secretaria da Educação. Requeremos que fosse a Associação dos Professores ouvida pelas Comissões. Foram dois requerimentos de minha autoria. Foram rejeitados pela maioria da Casa. Porque, perguntamos nós aos Senhores Deputados.

Será que é a nossa condição de Deputado de Partido de Oposição, que não per-

mite que nossas proposições sejam aprovadas por este Plenário?

O Sr. Dirceu Manfrinato- Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ALGACI TÚLIO - Na sequência. Então diria, Senhores Parlamentares, que entramos com requerimento pedindo o adiamento da discussão por 15 minutos, para que a APP pudesse dar o seu parecer. Poderíamos até entrar com um requerimento, segundo entendimento dos professores, com adiamento de 3 sessões deste projeto, para que as Emendas que apresentaremos amanhã e aquelas já apresentadas, pudessem também ser observadas pela APP e, principalmente, pelo Departamento Jurídico da Secretaria de Educação.

No entanto, matéria já está vencida.

Quero aqui apresentar as Emendas a que vamos dar entrada no dia de amanhã em 3.^a Discussão.

Antes, concedo o aparte ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato- Agradeço a Vossa Excelência e gostaria de lembrar que o Governador Álvaro Dias é Professor.

Lembro-me que durante as nossas andanças pelo Paraná, em 1986, houve algumas greves da classe durante o período eleitoral. E nas oportunidades que tivemos junto ao Governador Álvaro Dias, sempre o ouvimos afirmando que a classe dos professores seria sempre respeitada no seu Governo.

E Vossa Excelência tinha conhecimento de que depois de 1982 o PMDB sempre procurou estar com as portas abertas ao diálogo. O PMDB nunca usou de artifícios, através da violência, contra os professores do Paraná.

Talvez Vossa Excelência não saiba que o único Governador do Brasil, o único que foi a Brasília defender a permanência da aposentadoria das professoras e professores, foi o Governador do Paraná.

Posso lhe adiantar que com toda a certeza, que a afirmação que faço neste instante a Vossa Excelência, que este Projeto é oriundo do Poder Executivo para a Assembléia Legislativa do Estado.

Agora, é evidente, que nós não podemos voltar a gerar polêmicas, como já se gerou nesta Casa com relação ao aumento de salário dos professores, de que se dava três pisos salariais. Então, alguns Deputados da Oposição, apenas com o pensamento eleitoral, para fazer média com a classe dos professores, adentravam com as emendas, pedindo que fosse acima de três o piso salarial.

E Vossa Excelência, Deputado, sabe perfeitamente, que o Poder Legislativo não

tem atribuição para que possa aumentar ou diminuir os valores financeiros. E nós esperamos, então, que as suas emendas a serem apreciadas, por esta Casa, sejam emendas que não sejam inconstitucionais, para nós mostrarmos à classe dos professores do Paraná, realmente, a credibilidade do Poder Legislativo, porque hoje, não só os professores, muitas outras classes chegaram até a desacreditar de alguns políticos por eles se utilizarem destes artifícios, tentando enganar a consciência daqueles que estão preocupados também com o nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO- Deputado Dirceu Manfrinato, seu recado me parece, não foi endereçado à minha pessoa, porque antes e acima de tudo, eu tenho consciência daquilo que falo, daquilo que faço, e procuro, evidentemente, também entender a posição dos Senhores Parlamentares da Situação. Mas eu não iria aqui recordar que Vossa Excelência, nos seus tempos de Oposição, talvez, tenha sido um dos mais ferrenhos opositores desta Casa, quem sabe incluindo emendas em outros projetos. Eu não estava aqui, portanto, não posso garantir isso, mas acho que é um direito do Parlamentar de colocar as suas oposições, pois afinal de contas, isso aqui é uma Casa Democrática. Se ela é demagógica, cabe a apreciação de Vossa Excelência. Não será isso que fará com que este Parlamentar não suba a esta tribuna, fique calado na sua cadeira, apreciando a votação da matéria, sem discuti-la. Este é um direito que eu tenho. O Regimento da Casa me dá esse direito. Quero que seja Vossa Excelência democrático também neste momento, me permitindo, como me permite o Regimento, discutir. E, além do mais, Deputado Dirceu Manfrinato, ninguém discute a capacidade do Governador Álvaro Dias, ninguém desconhece a sua preocupação com a classe dos professores e nem poderia ser diferente, afinal de contas é Governador do Estado, que esta Casa, hoje, daria uma extraordinária demonstração de participação, de uma abertura e junto com aquilo que o próprio Governador propõe, que seria dada a oportunidade hoje, dos professores se manifestarem.

Vossa Excelência levantou o problema de Emendas inconstitucionais eu já expliquei aqui que estas não o são, porque nenhuma das emendas se refere a aumento de salário para os professores, nenhuma delas se refere a isso. Então essa seria a grande oportunidade para que um representante dos professores pudesse explanar o ponto de vista da classe para nós todos nesta Casa, em 15 minutos, talvez nem isso, e nós daríamos uma demonstração de uma democracia realmente autêntica, transparen-

te, como deve ser em todos os Paramentos. E isso viria ao encontro da sua política, da política do Governador do Estado do Paraná, que nós reconhecemos e não podemos deixar de fazê-lo nós reconhecemos que a sua atuação tem sido elogiável e ninguém desconhece isso e não seria eu irresponsável de subir à tribuna e criticar o Governador do meu Estado. Até aqui, sua Excelência tem levantado problemas seriíssimos, e problemas que aconteceram dentro do próprio Governo do PMDB, daí porque merecer Sua Excelência, o Senhor Governador, a nossa aprovação. Porque não teria muitos méritos se viesse ainda levantar problemas dos governos passados. E Sua Excelência veio levantar problemas do governo do PMDB e isso é muito importante.

Por isso nós, de Oposição, reconhecemos esta postura de Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado.

Mas eu queria, para não me alongar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, com a compreensão de Vossa Excelência, a quem eu já dei aparte e darei com prazer na sequência, apenas aqui mostrar algumas emendas para que os senhores tenham tempo de até amanhã, também refletir um pouco acerca dessas emendas.

Por exemplo, diz uma Emenda Aditiva ao artigo 8º, do Projeto de Lei nº 53/87, que estabelece o regime diferenciado de trabalho. "Adite-se ao artigo 8º, o seguinte parágrafo: § Único- No prazo máximo de dois anos, a contar da data da publicação desta Lei, os professores do Quadro Próprio do Magistério serão beneficiados pela implantação deste regime".

Veja, parlamentar que não fala em verbas, não fala em dinheiro, não fala nada.

Uma Emenda Aditiva ao artigo 8º do Projeto de Lei que nós estamos discutindo, diz: acrescente-se ao artigo 8º, entre as palavras "baixará" e os atos complementares, a expressão "dentro de 60 dias".

Esta emenda também não fala em dinheiro, Deputado.

Ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 53/87, há Emenda Aditiva, dizendo: Acrescente-se ao § 5º, ao artigo 1º, entre as palavras pelo regime diferenciado de trabalho será de 20%, a expressão "inicialmente".

A Emenda Aditiva ao artigo 4º, do Projeto de Lei nº 53/87 diz: "acrescente-se ao § 3º, do artigo 4º, do projeto, entre os algarismos romanos VIII e X, o algarismo IX".

A Emenda Aditiva ao artigo 2º, do Projeto de Lei nº 53/87, diz: Acrescente-se ao artigo 2º, do Projeto o seguinte: "Ficam extintos os cargos do Quadro Único do Poder Executivo, ocupados pelos professores ou especialistas em educação, que vierem a optar por um dos regimentos diferen-

ciados de trabalho disposto neste artigo.

Uma Emenda Substitutiva ao artigo 2º do Projeto de Lei nº 53/87, diz: "O Caput do artigo 2º, passa a ter a seguinte redação - Artigo 2º - Poderão optar pelo regime diferenciado de trabalho os integrantes do Quadro Próprio do Magistério e os que pertençam ao Quadro Único do Poder Executivo, desde que concursados e habilitados para atuarem no ensino de primeiro e segundo graus. E, para ambos os casos os que se encontrarem numa das situações funcionais seguintes: A Emenda Substitutiva ao artigo 5º do Projeto, diz: "Substitua-se a expressão "fração 1/25" pela simbologia do tempo, com a Letra "T".

Ainda ao artigo 1º, do Projeto de Lei nº 53/87, acrescente-se ao artigo 1º do Projeto, logo após as palavras do "Quadro Próprio do Magistério", a expressão e do "Quadro Único do Poder Executivo".

Ao artigo 1º, ao Projeto de Lei nº 53/87, na Emenda Modificativa, dizendo: "O § 5º, do artigo 1º, passa a ter a seguinte redação: Será de 30% o percentual de hora-atividade de professor optante pelo regime diferenciado de trabalho, sobre a jornada de trabalho".

Então Senhores Deputados, o que pedimos não é para nós, repito, é para a classe dos professores, é a sua entidade de classe que está reivindicando, não é o Deputado por seu interesse político, nada, absolutamente nada disso. É a classe que tem se reunido, é a classe que tem procurado os Parlamentares desta Casa, e, repito, não sabemos se as coisas não são bem colocadas no papel, o que é que realmente está acontecendo.

Mas, segundo o entendimento e segundo o que recebemos dos Professores, não houve acordo entre APP e Governo, houve participação da discussão inicial do Projeto. É bom que se esclareça isto - houve participação da discussão inicial do Projeto - mas isto não quer dizer que as necessidades da classe foram aprovadas, para se atender os anseios da classe, haveria discussão mais ampliada em relação a estas Emendas que são solicitadas pela classe.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento).

Na leitura que Vossa Excelência faz da Mensagem e que há pouco Vossa Excelência acaba de confirmar suas próprias palavras ao dizer que no papel não está a realidade. Eu apenas acrescentaria que, aqui na Mensagem diz que a proposição nasceu de estudos conjuntos, realizados pela Secretaria de Estado da Educação, da Administração, do Planejamento, das Finanças, pela Casa Civil, os quais foram analisados também com representantes da Associação

dos Professores do Paraná em várias reuniões, refletindo assim, a proposta, em sua Redação Final, a concordância da classe e legítimos interesses do Ensino.

Então Vossa Excelência, ilustre Deputado, quando dizia que eu estava aqui na Oposição, quero lhe dizer que fui eleito em 1982, e posteriormente, em 1986, eu não estive aqui nesta Casa, na Oposição. Acompanhei, sendo Oposição lá no meu Município de origem política, como vereador do PMDB, e de lá eu via o quanto sofria a classe de professores em Governos anteriores, que nunca procuraram dar satisfações aos professores do Paraná.

Vossa Excelência veja que depois que o PMDB assumiu o Governo, ele abriu as portas para o diálogo e o exemplo está em que consta aqui na Mensagem Governamental, que procuraram ouvir a classe dos professores. Antes não era feito isso, Deputado Algaci Túlio. Hoje, as coisas mudaram. E nós estaremos também, como Parlamentares deste Poder Legislativo, representando o Paraná e a classe de professores. Estaremos aqui para dar o nosso apoio e a nossa sustentação. Agora, o que nós não queremos é vender uma imagem falsa. Acho que acima de tudo nós temos que ter a responsabilidade do Parlamento e a responsabilidade em resgatar a credibilidade junto à classe dos professores e dos próprios eleitores do Paraná.

Então Vossa Excelência, ao encerrar, peca quando diz que eu não me dirigi a Vossa Excelência, sim ao ilustre Deputado Algaci Túlio, porque Vossa Excelência pertenceu a um Partido que massacrou os professores, no passado!

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Deputado Dirceu Manfrinato, eu não gostaria de estender esta discussão para o lado político, porque de nada vai adiantar, mas quero esclarecer a Vossa Excelência que eu me elegi Vereador por esta Cidade, na época em que o PMDB fez a virada, fez a maioria em todos os setores. No entanto, mesmo sendo candidato pelo PDS, mas sem nunca haver participado de Governo do PDS, nunca frequentei gabinetes, nunca frequentei o Palácio Iguaçu, nunca estive ao lado dos homens do PDS, o Governo do passado, porque o que está hoje aqui também não modificou nada absolutamente. Então, quero dizer a Vossa Excelência que, mesmo na hora da virada do PMDB, este Parlamentar foi o Vereador mais votado em Curitiba dos 33 que hoje estão na Câmara dos Vereadores. Portanto, nem mesmo qualquer Vereador do PMDB foi mais votado do que eu o que prova que mesmo sendo do PDS, na época, eu fazia oposição, mas oposição acima de tudo responsável.

E Vossa Excelência leu um trecho da Mensagem, ali quando diz que ela é resultado de estudos do Governador com a APP. Mais uma vez Vossa Excelência me dá um gancho importante nesse pronunciamento. Até mesmo Vossa Excelência está ainda evidentemente convencido que houve um entendimento entre o Governador e a Associação, por isso eu iria invocar a sua posição democrática deste Plenário, para que abrissemos 5 ou 10 minutos para que a APP esclarecesse, tirasse essa dúvida que eu tenho. E tenho impressão que Vossa Excelência também agora passou a ter, assim como os demais parlamentares. Será que eu estou mentindo? Será que eu estou fazendo demagogia em cima de professores? Será que é isto que está acontecendo?

Os professores estudaram a matéria, e ninguém melhor do que os nossos mestres para analisar esta Mensagem, para colocar as emendas que não foram obra deste Parlamentar que foram obra da própria Associação. Portanto, não estou aqui fazendo demagogia, estou apenas refletindo o pensamento de uma classe que está ansiosa, esperando por este regime diferenciado de trabalho. Não pretendo, em momento algum, vir aqui fazer demagogia. Permito-me, Deputado, estou usando aqui o espaço que me permite o Regimento da Casa, e discutindo dentro do meu conhecimento, da minha assessoria, porque é uma matéria muito técnica, e portanto, eu preciso evidentemente invocar a sabedoria dos mestres...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Mas Vossa Excelência fala em democracia...

O SR. ALGACI TÚLIO - Permita-me Deputado, eu lhe dei aparte duas vezes, permita-me, eu lhe darei aparte na sequência, Deputado Dirceu Manfrinato. Eu queria dizer a Vossa Excelência que esta Assembléia poderia ser democrática, como é o nosso Governador, abrindo um espaço para que a APP pudesse esclarecer, dar esta posição a nós, Parlamentares, porque eu estou em dúvida agora aliás, não estou em dúvida, não vou desacreditar da APP, como também não estou aqui dizendo que não acredito na palavra do Governador. Mas com disse aqui, houve participação na discussão inicial do Projeto, mas isso não quer dizer que as necessidades da classe tenham sido aprovadas, por isso a APP traz as emendas para as quais pede apoio de todos nós, Parlamentares, não apenas de nós da Oposição, as de todos os Parlamentares.

Eu lhe dou aparte mais uma vez Deputado Dirceu Manfrinato, com todo prazer, espero que venha trazer mais subsídios a esta discussão e que não parta para o lado pessoal e nem para o lado político, que não interessa a nenhum de nós aqui.

O Sr. Dirceu Manfrinato - É com prazer, ilustre Deputado. Se Vossa Excelência está criticando que a Associação não participou, eu não posso afirmar isso, porque eu não tenho conhecimento. Agora, se Vossa Excelência acha que a Comissão não participou, Vossa Excelência também não pode negar o direito de nós debatermos com relação ao assunto que é de interesse da classe. Eu apenas queria dizer a Vossa Excelência que a Assembléia Legislativa se propõe, através dos membros da Comissão de Educação, estudar as emendas que Vossa Excelência poderá apresentar amanhã. Eu acho que lá na Comissão da Educação, Vossa Excelência, vou lhe sugerir, poderia convidar inclusive o Presidente, representando a Associação dos Professores do Paraná, Deputado, para nós discutirmos junto com a Comissão de Educação. É uma sugestão, ilustre Deputado que eu dou e acho que seria o caminho para nós avançarmos conforme Vossa Excelência está pensando. Eu peço a Vossa Excelência, não sei se Vossa Excelência faz parte da Comissão de Educação, para entrar em contato com o Presidente da Comissão, e tenho certeza que a Assembléia Legislativa, através da Mesa Executiva, colocará à disposição o Plenário da Assembléia, ou até mesmo a Sala das Comissões, que é o lugar ideal, para discutir as suas emendas, Deputado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito Obrigado, Deputado Dirceu Manfrinato.

Vejam bem, que bom se seu pensamento fosse o de todos desta Casa, porque nós apresentamos dois requerimentos na Casa pedindo para que o Presidente da APP fosse ouvido pela Comissão de Educação antes das primeiras emendas serem rejeitadas. No entanto, isto foi negado. Os dois requerimentos foram rejeitados pela Mesa. Agora o que Vossa Excelência propõe, é evidente que seria interessante que a Comissão da Educação recebesse o Presidente da APP, ou o seu representante, para ouvir, para tomar melhores esclarecimentos a respeito das emendas.

Senhor Presidente, esta é a minha posição, volto a frisar mais uma vez que não vim aqui para fazer demagogia para fazer politicagem, e nem vim aqui sem estar devidamente embasado no conhecimento, no entendimento da classe dos Senhores Professores.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Antônio Costenaro Neto.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Eu só gostaria de enfatizar o que Vossa Excelência já vem enfatizando muito bem, nas suas explicações, e dizer que espero que este governo, que tanto fala em transparência se tornasse realmente transparente.

É importante para esta Casa que viesse, que pudesse o presidente, o representante dos professores, se pronunciar aqui. Porque eu acredito que aí, então, nós teríamos a possibilidade de ver a transparência acontecer de fato.

Agora, na medida que se veda o direito das classes, manifestarem a sua opinião, naturalmente é porque a coisa não está tão transparente assim. Confesso que lamento isso. Gostaria que nesta Casa, nós respeitássemos os Parlamentares desta Casa.

Uma Oposição diminuta que somos, nada podemos fazer. Mas, nós gostaríamos, para a nossa realização pessoal, que as pessoas que se sentem no direito de defender os seus interesses, pudessem também usar a tribuna, e dar as explicações, fazer as reivindicações, porque aí então esse Parlamento sairia fortalecido, de fato.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado. Eu espero que a situação, como fez anteriormente o Deputado Caíto Quintana, subindo à tribuna para dar esclarecimentos a respeito do Projeto anterior, que agora aja também em relação a este Projeto. Vossa Excelência, o Líder do Governo na Casa, suba à tribuna e dê as respostas, não a este Parlamentar, porque eu cumpro apenas o meu papel de Parlamentar da Oposição, mas explicasse aos Senhores Professores, aos membros da APP, se está tudo devidamente correto, se foi tudo...

O SR. NESTOR BAPTISTA - Eu lhe solicitei um aparte, nobre Deputado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu lhe darei o aparte na seqüência, nobre Deputado Nestor Baptista...

O SR. NESTOR BAPTISTA - Pois, é Vossa Excelência, está mencionando o Líder do Governo. E eu lhe pedi um aparte...

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu lhe darei o aparte na seqüência, nobre Deputado. Não vejo razão para que Vossa Excelência se exalte.

Eu tenho ainda nobre Deputado, 20 minutos e 29 segundos. Então, gostaria, como disse anteriormente, que a Situação, através de seus líderes, também desse a explicação para que nós pudssemos também votar conscientes, de que realmente este Projeto vem ao encontro das aspirações da classe dos professores, porque amanhã, em 3. Discussão apresentaremos Emendas, para que a Comissão de Educação também as analise, para que a CCJ também as analise, para que a Comissão de Finanças desta Casa também analise estas Emendas aqui, para que venha então agora dar uma explicação

correta quanto a se elas são realmente inconstitucionais ou não; porque no nosso entendimento, na assessoria com quem buscamos o nosso parecer, o nosso pronunciamento diz ela que não são inconstitucionais as Emendas. Elas não mexem com a parte financeira; portanto, não vejo porque invocar a sua inconstitucionalidade.

Com muito prazer, Deputado Nestor Baptista, lhe concedo um aparte.

O Sr. Nestor Baptista - Eu agradeço a Vossa Excelência e, quero lembrar que os compromissos que o PMDB tem firmado com o povo ao longo da sua história, têm sido cumpridos. O compromisso com os professores, também tem sido cumprido.

Eu devo dizer a Vossa Excelência, que ao lado de vários companheiros que aqui estão, nós todos participamos, inclusive acompanhando movimentos de greve, por que não dos professores.

Hoje estamos analisando na Ordem do Dia, mais uma vez o regime diferenciado que havia sido retirado da ordem do Dia dado o grande número de Emenda e dada a necessidade da apreciação por parte das Comissões Técnicas da Casa, onde justamente está o foro legítimo para se ouvir as partes interessadas, nobre Deputado Algaci Túlio.

Nas Comissões Técnicas, e aqui eu quero fazer, se me permitem, um reparo ao pronunciamento de Vossa Excelência, quando desautoriza todas as Comissões Técnicas da Casa, com a demagogia do Deputado Antônio Costenaro Neto, de que aqui o professor tem que ser ouvido. O professor tem que ser ouvido sempre e nós temos as Comissões Técnicas exatamente para ouvir as partes interessadas no debate, as partes interessadas na mensagem, no projeto e na discussão e as Comissões Técnicas é que devem convocar a quem cabe, ou pegamos o Regimento Interno da Casa e jogamos fora, desautorizamos completamente o Regimento Interno da Casa, desautorizamos cada Deputado que aqui está, como Vossa Excelência, que é um legítimo representante. Vivemos num regime representativo, onde o Deputado representa e, portanto, aqui no Parlamento fala o Deputado, discute o deputado, ouvindo, evidentemente as partes interessadas.

Faço mais uma correção a Vossa Excelência, quando Vossa Excelência falava há pouco, e eu não tive oportunidade de apartear-lo, com referência ao primeiro projeto votado hoje, que foi o Projeto de Lei n. 219/87, dizia que a Casa desconhecia, só desconhece um projeto o Deputado que quer desconhecer, está há mais de trinta dias na Casa, passou pelas Comissões Técnicas, tivemos o Plurianual que está nas mãos de cada Deputado para analisar, basta ter as-

sestoria, basta ter um pouco de disposição para o trabalho fora do horário disponível, para acompanhar aquilo que deve ser analisado aqui na Casa.

E vou mais além Deputado, o Projeto ora discutido foi devidamente discutido com representantes dos professores, foi devidamente discutido com a APP, com o Governo do Estado, com as Secretarias de Estado da Educação, da Administração, do Planejamento, de Finanças, Casa Civil e a participação, na discussão, da classe que representa os legítimos interesses da educação no Paraná. O PMDB não se tem furtado, não vai se furtar mais uma vez. O projeto voltou, foi retirado da pauta para análise das Comissões. As Emendas de Vossa Excelência poderão amanhã perfeitamente fazer com que a mensagem retorne para análise das Comissões e o professor fique mais uma vez aguardando por um simples movimento demagógico, volto a insistir, porque querer violentar o que está escrito no nosso Regimento, é demagogia e a mensagem voltará para as Comissões, porque adianto a Vossa Excelência, em nome da Bancada do PMDB que coloca, porque é a Bancada do PMDB que está colocando a Mensagem, na Ordem do Dia, para ser apreciada.

Com a apresentação das emendas de Vossa Excelência, eu devo dizer, todas serão rejeitadas, é uma decisão da Bancada do PMDB que vai cumprir o estritamente acertado com as Secretarias, com o Governo do Estado e volto a insistir com os professores, com a Comissão que ajudou a elaborar esta mensagem.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Nestor Baptista.

Eu fiquei satisfeito com o seu aparte, porque Vossa Excelência vem dar mais uma vez uma demonstração de que não é tão democrata como a gente imaginava, porque Vossa Excelência antecipa um resultado das emendas que serão apenas amanhã ao projeto, colocando até numa situação difícil os demais Parlamentares da sua Bancada.

(Conversas paralelas).

Nobre Deputado, já lhe dei o aparte, o Senhor depois pode ocupar a tribuna.

(Conversas paralelas).

Digo a Vossa Excelência que em momento algum foi uma atuação demagógica deste Parlamentar e também afirmo a Vossa Excelência que as emendas não são de minha autoria, mas sim de diversos Deputados e baseadas no interesse da classe dos professores, no entanto peca Vossa Excelência dentro do seu radicalismo, dizendo que este Parlamentar vem aqui a esta tribuna fazer demagogia.

(Conversas paralelas).

Vossa Excelência diz que eu vim aqui

fazer demagogia, está completamente enganado, vim aqui exercer o meu direito, que me é concedido pelo Regimento desta Casa. (Conversas paralelas).

Cumpro um dever, inclusive em relação à classe dos professores, que nós não queremos mais ver sofrer tanto, através de tantas promessas e do não cumprimento delas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Continua em discussão.

Senhor Presidente, apenas para colocar bem clara a situação. Eu não posso admitir, Senhor Presidente, que se desconheça o Regimento Interno da Casa. Se for para falar do que cada um faz, de quantos votos teve, de qual a participação, eu posso dizer que tenho quatro professores dentro de Casa, e sei com a maior tranquilidade possível o quanto ganha cada um, a dificuldade de cada um, o baixo salário, a falta de respeito com que a Educação foi tratada ao longo da História deste país. Ninguém desconhece isso.

Agora, não há a preocupação de nossa parte de fazer demagogia mais uma vez. Os professores pedem um regime diferenciado, é um direito que tem o professor, é um direito que tem a Educação. E o regime diferenciado será aprovado pela maioria aqui nesta Casa, está na Ordem do Dia. Não há radicalismo algum, pois eu já tomei conhecimento das emendas que estão sendo propostas pelo Nobre Deputado Algaci Túlio. Ele as leu na tribuna, deu conhecimento à Casa e nós acompanhamos atentamente. Apenas fiz um esclarecimento que gostaria de lembrar: o legítimo foro para discussão é uma Comissão Técnica, lá se deve discutir detalhadamente; o Plenário é apenas a tramitação normal da matéria, a sua aprovação, o encaminhamento de votação. A discussão deve se travar - é onde valorizaremos inclusive a matéria - na Comissão Técnica. E a Bancada do PMDB em momento algum se furta ou se furtará de atender os interesses dos professores do Paraná. Aliás, isso já me custou caro na eleição passada, por falta de entendimento, por falta de explicação. O Presidente da APP, Professor Paulo Maia, conversou conosco, com o Deputado Caíto Quintana, confirmou o entendimento com os Secretários e com o Governo do Estado.

Então, não há nenhuma falta de verdade na Mensagem quando diz que a matéria foi devidamente analisada, devidamente discutida, e eu até não entro hoje sinceramente no mérito das emendas propostas, acho que elas merecem uma ampla discussão no seu foro legítimo, que é a Comissão de Educação, a Comissão de Constituição e Justiça

da Casa e as demais comissões técnicas que entendam a necessidade da discussão.

Nós não temos aqui a mínima intenção de fazer demagogia, dizer que a tribuna tinha que ser ocupada hoje por um representante dos professores, quando nós tivemos a grande oportunidade, por mais de dois meses de convidar a classe para discutir na Comissão Técnica. E ainda hoje ouvi com muita tristeza o Deputado Algaci Túlio ler um pronunciamento, o qual inclusive apoio em parte, mas desmerece a classe política brasileira. Hoje ele fala o que quer no rádio, fala o que quer na televisão, fala o que bem entende na tribuna graças a alguns políticos e Vossa Excelência hoje também é político que se entregaram para a violência, que se entregaram para os atos mais cretinos que praticaram na História deste País, entregaram a sua vida muitas vezes, um mandato, perderam família, perderam o que tinham. E não conheço país algum desenvolvido deste mundo que não tenha o Poder Legislativo forte, porque lá está a classe política que representa um Poder, o Poder Legislativo forte como deve ser, político sem se curvar, sem ser um verdadeiro capacho como se era até bem pouco tempo neste País e mesmo no Estado do Paraná. Assombra-me, Senhor Presidente, ver hoje Deputados que ontem estavam justamente na repressão, na violência, contra professores, contra trabalhadores, indistintamente. Nós tivemos Ministro da Educação do Paraná e não federalizamos nenhuma escola no Paraná. Federalizamos três no Rio Grande, federalizamos no Piauí, federalizamos no Ceará e aqui no Paraná, nada, por decisão, justamente daquele que hoje se pretende defender aqui neste Parlamento.

O PMDB tem sido coerente - volto a insistir -, às vezes não atende de imediato tudo aquilo que deseja esta extraordinária e nobre classe que é a do professorado. Qual é o País que vai desenvolver sem a Educação? Nós estamos recebendo o Plurianual. Receberemos ainda nesta semana o Orçamento para 1988, e adianto a todos os pares desta Casa e aos professores que aqui vieram, para acompanhar a votação deste Projeto. Na história do Paraná é o maior percentual já concedido à Educação. Isto ocorrerá no Governo Álvaro Dias, e será implantado em 1988. Por que? Porque o professor Álvaro Dias, formado em História está hoje respondendo por um compromisso de palanque, um compromisso de campanha, que nenhum outro governo cumpriu. Assim 26% do orçamento serão destinados à educação. Porque entende o Governador, como entende a bancada do PMDB que esse país vai fugir da ditadura, vai fugir da repressão, da violência, do capachismo, da safadeza, da cleptocracia que está implantada neste

país através da educação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra, para encaminhamento de votação o Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, nobres Deputados. Não vou entrar no mérito da questão e talvez o faça na oportunidade da 3.ª Discussão. Mas eu queria formular aqui um apelo ao ilustre Líder do Governo nesta Casa, Deputado Nestor Baptista, para que ele não radicalize, para que ele já não anuncie previamente, prematuramente, a decisão do governo e de sua Bancada. Amanhã, ou na próxima discussão e votação, este plenário é o local adequado, competente, para discutir novas propostas através de emendas, se elas couberem, ou através da discussão. Aqui nós podemos procurar além das Comissões Técnicas o aperfeiçoamento da mensagem do Senhor Governador.

É indiscutível o alcance técnico, social, de justiça, dessa mensagem, que poderia ter sido implantada anteriormente em função de Lei, parece que de n. 32. Mas decorreram mais de 120 dias e o Governo do Estado não baixou o decreto regulamentando o regime diferenciado de trabalho. Mas agora, nesta oportunidade, por mensagem de Sua Excelência, o Senhor Governador, faz-se justiça, ao magistério. Mas, confessamos, agora é preciso que a situação, os Senhores Deputados, que é uma grande maioria do PMDB, do Governo, permitam a nós, de Oposição, que apresentamos nossas idéias, nossas propostas, sejam elas sob forma de emenda ou no encaminhamento das discussões, com o objetivo de aprimorar a lei. Somente isso.

É uma grande oportunidade. Vai se acabar, se eliminar no governo do PMDB. Mas nós estamos aqui votando, todos os partidos, esta questão que discrimina o professor: um mais forte, um mais fraco, um recebe mais, outros menos, vai dar oportunidade para quem tem dois padrões - 40 aulas - possa optar por 30, porque pouquíssimos professores têm condições física de ficar numa sala de aula por 40 aulas semanais, a Lei objetiva regulamentar isso, e é bom. Mas, apenas, ilustre deputado Nestor Baptista, Líder do Governo, permita a nós, ao plenário, que se discuta essas aspirações do magistério provavelmente apresentadas por nossas Bancadas, ou isoladamente, por cada um dos Senhores Parlamentares de Oposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu não quero me prolongar muito e repetir as justificativas pró e contra a votação favorável ou não deste projeto, que é de interesse da classe, talvez mais importante deste Estado, que é daqueles que ensinam a falar, daqueles que ensinam a ler, daqueles que ensinam a escrever e daqueles que produzem o mais importante na consciência das pessoas do Paraná.

Simplemente queria aqui, talvez, contestar algumas afirmações ditas pelo Líder do Governo, Deputado Nestor Baptista, quando declarou o voto da bancada com sua justificativa. Eu não concordo. Acho que uma Bancada com o perfil que ele traçou aqui, que é democrática, que é compreensiva, ela deveria votar a favor do projeto e a favor das emendas, porque estas emendas foram produzidas, foram discutidas e aprovadas pela Assembléia e pela decisão dos Professores do Paraná, através de sua associação.

Espero realmente que tudo o que foi dito pelo Líder da Bancada governista, Deputado Nestor Baptista, se comprove na votação, votando a favor do projeto e das emendas, porque as emendas são muito mais interessantes para os professores do Paraná do que o próprio projeto. Era isto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto, ressalvadas as Emendas. Aprovado por unanimidade.

Em votação as Emendas. Em votação a Emenda nº 1, do Deputado Orlando Pessuti.

Parecer contrário. Rejeitada.

Em votação a Emenda nº 2. Parecer contrário. Rejeitada.

Em votação a Emenda nº 3. Rejeitada.

Em votação a Emenda nº 4. Rejeitada.

Em votação a Emenda nº 5.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Por favor, seria possível ler o teor da Emenda, só o número não nos possibilita a identificação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa ao Deputado Pedro Tonelli que sua solicitação se encontra no Avulso.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - É isto que realmente me preocupa, Senhor Presidente.

Deputado Pedro Tonelli pede para encaminhar e pede para os Deputados votarem na

Curitiba, segunda, em 28.09.87

emenda e ele nem conhece o que há no bojo da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Emenda n° 5. Folhas 21 do Avulso, nobre Deputado Pedro Tonelli.
Rejeitada.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Concedo a palavra, pela ordem, ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, acho que num direito que cabe a nós, Parlamentares, gostaria que a Mesa também mantivesse a posição democrática e para o entendimento de todos os Parlamentares, e até daqueles que nos visitam, que Vossa Excelência, se tiver dificuldade em ler, por favor, peça a um dos Secretários para que leia o teor da emenda, para que se saiba exatamente o que está se votando.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa ao nobre Deputado Algaci Túlio que vai submeter à votação a Emenda n°6, Vossa Excelência poderá verificar o teor da Emenda na folha 23 do Avulso. Em votação a Emenda. Rejeitada.

Em votação a emenda n°7, folhas 24 do Avulso. Rejeitada.

Em votação a Emenda n°8, folhas 25 do Avulso. Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda, queiram levantar-se. Rejeitada.

Em votação a Emenda n°9, folhas 26 do Avulso. Os Deputados que aprovam a Emenda, queiram levantar-se. Rejeitada.

Em votação a Emenda n°10, folhas 27 do Avulso. Rejeitada.

Em votação a Emenda n°11, folhas 29 do Avulso. Rejeitada.

Em votação a Emenda n°12, folhas 30 do Avulso. Rejeitada.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem)- Eu entendo que o Deputado Algaci Túlio transformou a mensagem do governo exatamente numa colcha de retalhos. Nunca vi tanta emenda.

O SR. ALGACI TÚLIO -(Pela Ordem)- Como disse o nobre Deputado Dirceu Manfrinato, ele entende!

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 41/87 (Mensagem n° 47/87, ex-Proposição n°55/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da

Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova convênios celebrados em 13 de março de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios que especifica objetivando a execução de obras de Controle da Erosão Urbana.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- 3.^a Discussão do Projeto de Resolução n. 41/87.

Em discussão. Em votação. APROVADO.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem)- Eu solicito verificação de Votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem)- Solicito Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vai se proceder à Chamada Nominal.
Antes, porém, há um Requerimento do Deputado Caíto Quintana, que requer a prorrogação da presente sessão por mais duas horas.

Em discussão. Em votação. APROVADO.

A Mesa vai atender o pedido do Senhor Algaci Túlio e vai proceder à Chamada Nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1° SECRETÁRIO - procede à Chamada Nominal.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem)- Atendendo o apelo veemente do Líder do Governo, Nestor Baptista, declino da Chamada.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI- (Pela Ordem) - Eu requeiro Chamada Nominal de todos os Senhores Deputados.

O SR. 1° SECRETÁRIO - procede à Chamada Nominal dos Senhores Deputados.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI- (Pela Ordem)- Senhor Presidente.

Por um apelo do Líder do PFL, Basílio Zanusso, eu retiro a Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto de Resolução n° 41/87.
APROVADO.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 42/87, (Mensagem n° 49/87, ex-Proposição n° 56/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte e os Municípios e data que especifica, objetivando cessão de equipamentos esportivos, de acordo com o "Projeto de Polarização do Esporte", e ainda com o Mu-

nicípio de Cornélio Procópio em 09.07.86, objetivando repasse de verba para a implantação do "Projeto Futuro".

3.^a Discussão do Projeto de Resolução nº 42/87. Em discussão. Em votação. APROVADO.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente. Eu pedi Verificação de Votação e qual foi o resultado da votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência quer saber quantos aprovaram ou quantos rejeitaram?

O SR. PEDRO TONELLI - Quantos aprovaram e quantos rejeitaram. Eu pedi Verificação e quero saber.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vinte e seis aprovaram e dois rejeitaram. Vai se proceder à verificação de votação ao Projeto de Lei nº 42/87. A Mesa solicita aos Deputados que ocupem os seus lugares. Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto nº 42/87, queiram levantar-se. Os que rejeitam, queiram levantar-se.

Cinco Senhores Deputados aprovam. Dois Senhores Deputados rejeitam. Não há quorum para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 sessões do Projeto de Lei nº 56/87. Aprovado. Fica, portanto, retirado da Ordem do Dia, por 10 sessões, o Projeto de Lei nº 56/87.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 42/87.

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução nºs 43/87 e 44/87, e do Projeto de Lei Complementar nº 53/87.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 246/86, 56/87, 108/87, 120/87 e 141/87.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 76/87 e dos Projetos de Lei n. 124, 136, 138, 144, 147, 149 e 151/87. 149/87 e 151/87.

Levanta-se a Sessão.